

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Luiza Araujo Damboriarena

Estudos sobre Universidade e Desenvolvimento: uma crítica ao senso comum

Porto Alegre

2015

Luiza Araujo Damboriarena

Estudos sobre Universidade e Desenvolvimento: uma crítica ao senso comum

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Maria Ceci Misoczky

Porto Alegre

2015

CIP - Catalogação na Publicação

Araujo Damboriarena, Luiza

Estudos sobre Universidade e Desenvolvimento: uma crítica ao senso comum / Luiza Araujo Damboriarena. -- 2015.

89 f.

Orientadora: Maria Ceci Araujo Misoczky.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Universidade. 2. Desenvolvimento. 3. Neoliberalismo. I. Araujo Misoczky, Maria Ceci, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal do Pampa, por me conceder afastamento com ônus para minha qualificação.

Agradeço à professora Maria Ceci, pelo acolhimento, orientação e contribuição intelectual.

Agradeço ao Marcelo, quem foi e é meu estímulo e minha inspiração para seguir no caminho do conhecimento.

Agradeço ao meu pai, por me ensinar a ser forte, ter coragem e nunca desistir.

Agradeço à minha mãe e ao meu irmão, por estarem sempre do meu lado e sempre em frente. Sem vocês não seria possível.

Agradeço aos demais familiares, avós, tios e primos, que deram todo suporte para que minha estada em Porto Alegre fosse mais feliz e tranquila.

Agradeço aos amigos que sempre apoiaram e torceram, em especial à Susana que, com o seu coração doce e puro, foi o melhor ombro que eu tive nessa fase.

Agradeço aos demais colegas do Mestrado, Doutorado e do Organização e Práxis Libertadora, pelo apoio, troca e aprendizado.

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul por essa oportunidade.

RESUMO

Esta Dissertação consiste em um estudo sobre trabalhos acadêmicos que abordam a relação entre universidade e desenvolvimento, a partir do anseio da autora de romper com o senso comum e compreender a essência dessa relação tomada como algo bom e naturalizado. Para tanto, foram selecionados e sintetizados 39 trabalhos acadêmicos referentes ao tema, a partir do banco de dados de periódicos do portal Scielo, Capes e Google Acadêmico. Diante do argumento comum desses trabalhos, de que a universidade é impulsionadora do desenvolvimento, sendo este compreendido como um processo voltado para o crescimento econômico e, em decorrência, para o mercado, a universidade é tratada como um ator social imprescindível, voltando suas práticas nesse sentido. Por conseguinte, a compreensão sobre o que caracteriza o neoliberalismo foi essencial para compreender a influência do mercado nessa proposição, visto que o neoliberalismo constitui um projeto sócio-político de sujeição e subordinação ao mercado que tem o discurso do desenvolvimento como estratégia legitimadora, com um sentido positivo inquestionavelmente necessário. Devido a conexão do desenvolvimento com o progresso, a competitividade, a acumulação, a ordem e o controle social, a relação entre universidade e desenvolvimento não pode ser tratada como neutra e desinteressada. Assim, ao comparar as proposições dos trabalhos com o referencial do neoliberalismo, foi possível romper com as pré-noções iniciais, o senso comum e desnaturalizar o sentido dessa relação pela perspectiva crítica.

Palavras-chave: Universidade, Desenvolvimento, Neoliberalismo.

ABSTRACT

This Dissertation consist of a study of academic works about the relationship between university and development, from the desire of the author of disrupting with common sense and understanding the essence of this relationship, usually taken as beneficial and naturalized. For that, thirty-nine studies were selected and summarized from Scielo, Capes and Google Scholar databases. Based on the common argument among the reviewed papers, that the university is propeller of development, which is understood as a process towards economic growth and, consequently, to the market, the university is treated as an indispensable social actor, turning their practices in this sense. Therefore, the understanding of what characterizes neoliberalism was essential to comprehend the influence of the market on that proposition, as it constitutes a socio-political project of subjection and subordination to the market that has the development discourse as legitimating strategy, with a positive direction unquestionably necessary. Because of the connection between development and progress, competitiveness, accumulation, order and social control, the relationship between university and development cannot be treated as neutral and disinterested. Thus, when comparing the propositions with the reviewed papers to the neoliberalism referential, it was possible to break with initial pre-notions and common sense, and unveil the meaning of this relationship from the critical perspective.

Key words: University, Development and Neoliberalism.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	07
2	REVISÃO DO REFERENCIAL DE ESTUDOS SOBRE A RELAÇÃO UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO	11
2.1	HÉLICE TRÍPLICE E SISTEMA DE INOVAÇÃO	15
2.1.1	Informações complementares sobre o referencial	22
2.2	POLOS DE CRESCIMENTO.....	24
2.2.1	Informações complementares sobre o referencial	24
2.3	DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE.....	25
2.3.1	Informações complementares sobre o referencial	26
2.4	DESENVOLVIMENTO A PARTIR DE UMA ESCALA LOCAL OU REGIONAL	27
2.4.1	Informações complementares sobre o referencial	35
2.5	TEXTOS QUE TRATAM A RELAÇÃO UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO SEM A EXPLICITAÇÃO DE SUA BASE TEÓRICA	38
2.6	PRIMEIRA SÍNTESE PARCIAL	41
3	NEOLIBERALISMO	43
3.1	A TRAJETÓRIA EVOLUTIVA DO PENSAMENTO NEOLIBERAL	44
3.2	SIGNIFICADOS E IMPLICAÇÕES DE IDEIAS CENTRAIS AO NEOLIBERALISMO	49
3.2.1	Empreendedorismo	49
3.2.2	Administração Pública Gerencial	52
3.2.3	Inclusão social e Neoliberalismo.....	58
3.2.4	O discurso do desenvolvimento no Neoliberalismo	61
3.3	SEGUNDA SÍNTESE PARCIAL	63
4	ANÁLISE DOS TRABALHOS SOBRE UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO À LUZ DO IDEÁRIO NEOLIBERAL	65
4.1	EMPREENDEDORISMO E UNIVERSIDADE	66
4.2	O GERENCIALISMO NAS UNIVERSIDADES	70
4.3	A UNIVERSIDADE COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO SOCIAL.....	72
4.4	UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO	73
5	CONCLUSÕES	76
	REFERÊNCIAS	80

1 INTRODUÇÃO

Início contando o caminho trilhado na realização deste trabalho. Tudo começou pelo questionamento das minhas pré-noções. Como administradora, especialista em Desenvolvimento de Regiões de Fronteira pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), servidora pública federal dessa mesma Universidade, fundada com o objetivo expresso de desenvolver a Região Metade Sul do Rio Grande do Sul; decidi ingressar no Mestrado em Administração, na área de Estudos Organizacionais, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), para aprofundar meu saber sobre a relação **universidade e desenvolvimento**. No início, especificamente, para compreender o caso da UNIPAMPA e a sua contribuição para o desenvolvimento da região onde está inserida.

A escolha desse tema foi pautada pelo anseio de dar continuidade aos estudos da especialização em Desenvolvimento de Regiões de Fronteira e pelo desejo de fazer algo pela minha região e pela Instituição em que trabalho. Essa escolha me parecia justa, comprometida, de grande interesse e relevância, devido ao peso e apelo que o conceito do desenvolvimento carrega e, especialmente por ser um tema que constitui um problema oficial, objeto de decisões políticas e governamentais, dotado de legitimidade e universalidade.

Apesar da aprovação do tema para ingressar no Mestrado, desde a seleção recebi avisos de cuidado com esse assunto. Porém, foi apenas na realização das disciplinas, em especial Pesquisa Qualitativa, que serviu de base para a construção aqui abordada, e, principalmente, pela participação no Grupo de Pesquisa Organização e Práxis Libertadora, que passei a entender um pouco o sentido do termo desenvolvimento, tão complexo e carregado de ideologia, bem como o sentido de ideologia.

Assim, foi a partir do conhecimento da crítica à ideia de desenvolvimento, realizada no âmbito do Organização e Práxis Libertadora, que iniciei o processo de romper com minhas pré-noções, impregnadas de senso comum. Esse senso comum se configura tanto nas suas formas mais populares como nas institucionalizadas, nas quais ganha um caráter oficial. Dessa forma, percebi que a proposta que eu tinha em mente me levaria a um lugar óbvio e já definido, como a maioria dos trabalhos nesse campo, que afirmam que universidade gera desenvolvimento, sendo esse um processo bom e almejado por todos.

Nesse tempo, com a troca de orientador, em dezembro de 2014, do Prof. Rogério Faé para a Profa. Maria Ceci Misoczky, ajustei a proposta de estudar a relação universidade e desenvolvimento, iniciando o que seria, em parte, este trabalho.

De acordo com Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2004), a familiaridade com o universo social constitui um obstáculo epistemológico pela ilusão do saber imediato. No meu caso, essa familiaridade decorre de transitar nos dois lados do meu objeto, por pertencer à comunidade santanense, que faz parte da região onde a UNIPAMPA está inserida, e por ser servidora dessa mesma universidade. Segundo os autores, as opiniões imediatas sobre os fatos sociais apresentam-se como uma série de julgamentos falsamente sistematizados. Por isso, os autores sugerem quebrar as relações aparentes, as mais familiares, e adentrar no mundo social como um mundo incógnito. Foi assim que iniciei minha trajetória, estudando, em um primeiro momento, a história e o contexto socioeconômico de Sant'Ana do Livramento.

Naquele período, que durou cerca de três meses, elaborei uma sucinta descrição histórica e análise socioeconômica do município. Essa foi uma etapa de descobrimento e redescobrimento de muitos fatos sobre a minha cidade, o que possibilitou um novo olhar sobre esse terreno que parecia tão íntimo. Na sequência, fiz a descrição do contexto do ensino superior em Sant'Ana do Livramento, a partir da análise de dados estatísticos sobre educação e informações institucionais das universidades presentes no município; e, também, a descrição da formação da UNIPAMPA e a sua relação com o discurso do desenvolvimento na região, com base em notícias, artigos, trabalhos acadêmicos e documentos institucionais. Estes registros não fazem parte desta Dissertação, tendo em vista o redirecionamento descrito a seguir. O passo seguinte foi conhecer e descrever o referencial teórico sobre desenvolvimento endógeno, pois ele se alinhava ao discurso justificador de criação da UNIPAMPA em prol do desenvolvimento local. Realizei, também, uma síntese de 39 trabalhos acadêmicos que relacionam universidade e desenvolvimento para conhecer o que vem sendo dito sobre o tema, o que, diante de novos acontecimentos, se transformou no objeto desta Dissertação.

O Projeto de Dissertação, estruturado conforme até aqui descrito, foi aprovado pela Banca Examinadora em junho de 2015 com proposta de alteração de nível para o Doutorado em virtude da complexidade do objeto, até então inacabado, e do potencial do trabalho. Além disso, um dos avaliadores da banca mencionou a possibilidade do projeto ser encerrado como Dissertação pela riqueza de conteúdo. Assim, o projeto inicial ganhou um novo rumo, e o Capítulo sobre Universidade e Desenvolvimento, que permanecia essencial para o processo de rompimento com as pré-noções, foi melhor trabalhado, resultando nesta Dissertação.

Logo, esta Dissertação serviu de base para o processo, em andamento, de ruptura epistemológica que, segundo Bourdieu (2005, p. 347, tradução nossa), coloca entre parênteses as pré-construções usuais e os princípios empregados com frequência na elaboração de ditas construções, ou seja, “[...] uma ruptura com modos de pensar, conceitos e métodos restritos à aparência do sentido comum, ordinário e do bom sentido científico”. De acordo com esse autor, para uma ruptura genuína, a prioridade está em tomar por objeto de estudo o trabalho social de construção desse objeto pré-construído. Portanto, é na discussão desse objeto, a relação universidade e desenvolvimento, que vou buscar o rompimento com as aparências, o senso comum e as pré-noções.

Como a força do pré-construído se apoia naquilo que é autoevidente e passa despercebido, a ruptura requer a conversão do pensamento e do olhar, ou, ainda, a ruptura com o que aponta para a ordem social. A tarefa, então, é desenvolver, “[...] se não um novo indivíduo, ao menos, uma nova mirada, o que não pode ser feito sem uma genuína conversão, uma revolução mental, uma transformação da própria visão do mundo social em sua totalidade” (BOURDIEU, 2005, p. 347, tradução nossa).

Para Bourdieu (2005), é também imprescindível uma dúvida radical para colocar entre parênteses os pressupostos intrínsecos de ser um ser social, socializado e inclinado a sentir esse mundo social através das estruturas internalizadas. Essa ruptura não é fácil, devido à própria influência da linguagem comum erguida no discurso científico, cujos desígnios são assumidos inconscientemente. Abandonar as pré-noções, portanto, significa romper com as ilusões de transparência e implica, inclusive, no questionamento da relação pesquisador-objeto, suas motivações e interesses. É necessário, ainda, voltar-se contra o discurso vazio da grande teorização, visto que essa, pretensamente universal, extrai da lógica do senso-comum seu projeto fundamental (BOURDIEU, 2005).

De acordo com Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2004), a construção do objeto não pode ser resolvida previamente e de uma vez por todas, posto que é uma tarefa exigente e prolongada que se completa aos poucos (BOURDIEU, 2005). Logo, o que apresento neste trabalho é parte de um processo inacabado, de ruptura com o senso comum sobre a relação entre universidade e desenvolvimento, e expressa o objetivo de analisar esse senso comum indo além de sua aparência, identificando os pressupostos sobre os quais é organizado.

O texto que segue inicia pelo Capítulo denominado Revisão do referencial de estudos sobre a relação universidade e desenvolvimento. Ele corresponde ao objeto deste estudo, conforme já explicado. Nele foi realizada uma síntese de trabalhos que relacionam universidade e desenvolvimento, nas múltiplas variações do termo, no contexto brasileiro. Para tanto, foram

selecionados, entre abril e maio de 2015, 39 trabalhos acadêmicos, entre artigos, teses e dissertações, que abordaram essa relação. Ao sistematizá-los, de acordo com o referencial teórico que explicitam, buscando compreender as teorias que reproduzem o senso comum, foi possível perceber uma semelhança entre eles, isto é, a orientação do desenvolvimento para o crescimento econômico e, por conseguinte, para o mercado, conduzindo o estudo para a reflexão sobre o tema do Neoliberalismo, que tem o mercado como palavra de ordem, abordado no Capítulo 3, que consiste o referencial teórico deste trabalho. O Capítulo 4, denominado Universidade e Desenvolvimento à luz do Neoliberalismo, é um texto analítico que identifica os pressupostos que embasam o senso comum sobre o tema. Seguem as conclusões que encerram este trabalho.

2 REVISÃO DO REFERENCIAL DE ESTUDOS SOBRE A RELAÇÃO UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO

Neste capítulo foi feita uma síntese de trabalhos acadêmicos que relacionam universidade e desenvolvimento, nas múltiplas variações do termo. Para tanto, foram selecionados, entre abril e maio deste ano, 39 trabalhos acadêmicos, entre artigos, teses e dissertações, que abordaram essa relação. Como critério de seleção, iniciou-se a busca através da plataforma *Scielo*, colocando os termos **universidade** e **desenvolvimento** no campo resumo, limitado à área de ciências sociais e humanas, o que gerou 288 resultados. A partir da leitura dos resumos, somente 2 artigos se enquadravam no assunto de interesse. Uma nova tentativa foi feita pela plataforma de periódicos do portal Capes com a busca pelos mesmos termos, filtrados por assunto, pois não havia a opção resumo, limitado à área de ciências sociais e *business & economics*, que resultou em 64 resultados, sendo selecionados 7 pela sua adequação ao assunto. Por fim, optou-se pelo mecanismo de busca do *Google Scholar*, base de dados de trabalhos acadêmicos do Google. Os mesmos termos foram solicitados, universidade e desenvolvimento, filtrados, dessa vez, em título por, também, não haver a opção resumo, resultando em 721 resultados e selecionados 30 novos textos. Por fim, entre todas as buscas, foram elegidos 39 trabalhos que discutem o papel da universidade e, especificamente, sua relação com o desenvolvimento.

O texto que segue contém, pelo menos, um parágrafo sobre cada um dos 39 trabalhos selecionados, organizados em quatro sub-itens de acordo com o referencial teórico que explicitam. Dez deles não fazem essa explicitação e são apresentados em conjunto no item 2.5. Ao final de cada sub-item são apresentadas algumas informações complementares sobre cada referencial. No quadro 1 estão apresentados os autores, os títulos e o principal referencial abordado.

Quadro 1 – Sínteses dos trabalhos sobre universidade e desenvolvimento

AUTOR	TÍTULO DO TRABALHO	PRINCIPAL REFERENCIAL
SOARES (2014)	Desafios da universidade empreendedora e o desenvolvimento regional na RMVale: da tradição à renovação - estudo de caso em uma Instituição Federal de Ensino Superior.	Hélice Tríplice

CASADO, SILUK e ZAMPIERI (2012)	Universidade empreendedora e desenvolvimento regional sustentável: proposta de um modelo	Hélice Tríplice
FAVA-DE-MORAES (2000)	Universidade, Inovação e Impacto Sócio-Econômico	Hélice Tríplice
FERREIRA e LEOPOLDI (2013)	A contribuição da universidade pública para a inovação e o desenvolvimento regional: a percepção de gestores e pesquisadores	Hélice Tríplice
MORAES (2014)	O impacto da Instituição de Ensino Superior no desenvolvimento local e regional: estudo de caso da Universidade Federal de Pelotas (RS)	Hélice Tríplice
PENHA <i>et al.</i> (2014)	O desenvolvimento regional do município de Vitória de Santo Antão sob a ótica da interiorização na Universidade Federal de Pernambuco: um estudo de caso	Hélice Tríplice
POMPEU (2011)	A Responsabilidade Social da Universidade na Formação de Capital Humano e como Ferramenta de Desenvolvimento Local Sustentável: os casos da UTAD e da UNIFOR	Hélice Tríplice
SILVA (2014)	Universidade e desenvolvimento local: o caso da Universidade Estadual de Goiás.	Hélice Tríplice e Sistema de Inovação
LOPES (2012)	A inserção da Universidade Federal de Sergipe (UFS) no processo de inovação e desenvolvimento local: intenção e prática	Hélice Tríplice e Sistema de Inovação
DINIZ e OLIVEIRA (2006)	Interação universidade-empresa, empreendimento inovador e desenvolvimento local: um estudo de caso da incubadora CENTEV/UFV	Sistema de Inovação
ROLIM e SERRA (2009)	Instituições de Ensino Superior e Desenvolvimento Regional: O Caso da Região Norte do Paraná	Sistema de Inovação
ROLIM e SERRA (2010)	Universidade e Região: ser da região X estar na região	Sistema de Inovação
OLIVEIRA JR (2014)	A universidade como polo de desenvolvimento local/regional	Polos de crescimento
LOBO <i>et al.</i> (2013)	A atuação da universidade no desenvolvimento social: a experiência dos cursos de	Desenvolvimento como liberdade.

	administração pública no âmbito do PNAP/UAB/UFSC	
PENA JÚNIOR, GRACIANO e VÁLERY (2005)	Universidade e Desenvolvimento local: reflexões sobre pró-atividade comunitária	Desenvolvimento a partir de uma escala local ou regional
WANZINACK e SIGNORELLI (2014)	Expansão do ensino superior federal e desenvolvimento regional: o caso da Universidade Federal do Paraná no litoral paranaense	Desenvolvimento a partir de uma escala local ou regional
SCHAFASCHEK e MENEGHEL (2009)	A promoção do desenvolvimento regional por meio da universidade: um estudo sobre o PROESDE-SC	Desenvolvimento a partir de uma escala local ou regional
CEHELLA (2007)	A Pesquisa na Universidade do Vale do Itajaí e o Desenvolvimento Local	Desenvolvimento a partir de uma escala local ou regional
CASAGRANDA (2014)	O Curso de Administração a Distância da Universidade Católica Dom Bosco na conjuntura do Desenvolvimento Local	Desenvolvimento a partir de uma escala local ou regional
FLECK e PICCININI (2013)	Universidade e região: inserção de uma IFE em prol o desenvolvimento	Desenvolvimento a partir de uma escala local ou regional
FLECK (2011)	A tríade ensino-pesquisa-extensão e os vetores para o desenvolvimento regional	Desenvolvimento a partir de uma escala local ou regional
FLECK (2012)	A Universidade no Desenvolvimento do Mercado de Trabalho: Um estudo de caso em Santana do Livramento	Desenvolvimento a partir de uma escala local ou regional
SANTOS (2008)	Universidade pública e desenvolvimento local: a presença da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) no bairro do Salobrinho em Ilhéus – Bahia no período de 1991 a 2008.	Desenvolvimento a partir de uma escala local ou regional
LIMA (2012)	A contribuição do Ensino Superior ofertado pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul no Desenvolvimento Regional do Estado no período de 1996 – 2007	Desenvolvimento a partir de uma escala local ou regional
FAGUNDES e GIROLETTI (2013)	Universidade pública e desenvolvimento regional: um estudo da contribuição da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB	Desenvolvimento a partir de uma escala local ou regional
LOPES (2001)	Universidade Pública e Desenvolvimento Local: uma abordagem a partir dos gastos da	Desenvolvimento a partir de uma escala local ou regional

	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	
SANTOS (2007)	Instituições de Ensino Superior e o desenvolvimento local em Vitória da Conquista-BA	Desenvolvimento a partir de uma escala local ou regional
VECCHIO (2010)	Universidades e Desenvolvimento: Um estudo sobre a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul	Desenvolvimento a partir de uma escala local ou regional
GOULART (2005)	Sobre a interferência da produção científica e tecnológica da universidade no desenvolvimento local: o caso da Ciência da Computação	Desenvolvimento a partir de uma escala local ou regional
BRITO e JARDIM (2013)	Instituições de Ensino Superior e Desenvolvimento Regional: Universidade Regional do Cariri – URCA.	
COGO (2013)	A universidade como mecanismo da construção do desenvolvimento regional	
COLOSSI e BERTOLDI (2004)	Múltiplas Dimensões da Extensão no Desenvolvimento Regional na abrangência da Universidade do Contestado – UnC	
COSTA, BARBOSA e COSTA (2013)	A importância da Universidade Federal da Fronteira Sul como propulsora do desenvolvimento na região oeste do sul do país	
FARAGO e CUNHA (2010)	A relação entre as políticas públicas de desenvolvimento científico-tecnológico e o desenvolvimento local considerando a pesquisa científica na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Ponta Grossa	
GOEBEL e MIURA (2004)	A universidade como fator de desenvolvimento: o caso do município de Toledo-PR	
HOFF, SAN MARTIN e SOPEÑA (2011)	Universidades e Desenvolvimento Regional: impactos quantitativos da UNIPAMPA em Sant'Ana do Livramento	
MARCHIORO <i>et al.</i> (2007)	A UNIPAMPA no contexto atual da educação superior	
NOVO e MELO (2004)	A Participação da Universidade no Desenvolvimento: Uma Questão de Responsabilidade Social.	
RIGHI (2012)	Universidade, desenvolvimento regional e empreendedorismo: uma relação de imanência	

2.1 HÉLICE TRÍPLICE E SISTEMA DE INOVAÇÃO

De acordo com **Soares** (2014), o desenvolvimento econômico está cada vez mais relacionado à valorização e ao fortalecimento das atividades de ciência, tecnologia e inovação, que dependem da interação entre as instituições geradoras de conhecimento, o setor privado e o governo. Nesse cenário, o autor fez referência ao modelo Hélice Tríplice de Etzkowitz (1998) baseado na relação universidade, empresa e governo, que aumentaria as fontes de conhecimentos científicos e encurtaria o ciclo dos processos de inovação por meio da cooperação entre os envolvidos. Para ele, a universidade, representada pelos centros de pesquisa, fornece o suporte necessário às empresas incubadas que transferem inovação para o mercado, contribuindo, assim, para o desenvolvimento local. Soares (2014) utilizou como objeto de estudo o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) pela sua capacidade de congregar ações de empreendedorismo local. Segundo ele, o ITA possui aspectos favoráveis para constituir-se como universidade empreendedora pelo amplo número de grupos e projetos de pesquisa, pelas ações do Núcleo de Propriedade Intelectual (NIP), pela organização de empresas dentro da universidade, como o ITA Junior, e, também, fora dela, como as empresas criadas pelos alunos no setor aeroespacial e demais setores tecnológicos.

Segundo **Casado, Siluk e Zampieri** (2012), as universidades, pela função de formadoras e disseminadoras de conhecimento, são agentes potenciais de práticas de desenvolvimento sustentável e responsabilidade social. Nesse sentido, os autores apresentaram o conceito de universidade empreendedora, teorizado, também, por Etzkowitz (2003). Essas universidades seriam um ambiente propício à inovação, capazes de transformar o conhecimento gerado em agregação de ganhos econômicos e não econômicos. A partir do modelo da Tripla Hélice (ETZKOWITZ e LEYDESDORFF, 1998), os autores elaboraram as bases de um programa de empreendedorismo inovador, que contribuiria para a formação e disseminação da cultura empreendedora nas instituições de ensino superior (IES). Segundo os autores, “o empreendedorismo pode ser visto como uma opção promissora de inserção de trabalho e desenvolvimento profissional aos recém-licenciados das universidades” (CASADO, SILUK e ZAMPIERI, 2012, p. 643). O programa foi baseado numa adaptação do modelo da Tripla Hélice com a interseção de dois conjuntos de Hélices Tríplices complementares: universidade-indústria-governo e governo-universidade-público, uma dualidade representada pelo símbolo Yin-Yang. Os autores esperam, com esse programa, uma congregação de iniciativas isoladas de empreendedorismo que promova a articulação entre os atores do ensino, pesquisa e extensão

e a interação da universidade com as demais forças da sociedade, valorizando e incentivando aqueles que desejam empreender, além de conduzir ao desenvolvimento regional sustentável, que não é definido no trabalho.

Segundo **Fava-de-Moraes** (2000), é inquestionável a importância das universidades para a formação pessoal e para o desenvolvimento socioeconômico, especialmente quando articulada na relação universidade, Estado e empresa, conhecida como Tripla Hélice. Para fundamentar o argumento, o autor apresentou os resultados de uma pesquisa sobre o Massachusetts Institute of Technology (MIT), que colaborou para a criação de 4.000 empresas que englobam 1,1 milhão de empregados, com US\$ 232 bilhões de faturamento anual, constituindo, sozinhas, a 24ª economia mundial. De acordo com o autor, “mérito acadêmico, ação estratégica para pesquisa, investimentos e transferência de conhecimento tornam-se referências para o alcance da mudança social e consolidação de uma sociedade” (FAVA-DE-MORAES, 2000, p. 8). Para ele, desenvolvimento se expressa por indicadores econômicos.

Ferreira e Leopoldi (2013), no intuito de identificar os limites e as possibilidades da contribuição de uma universidade pública para a inovação e o desenvolvimento regional, realizaram um estudo de caso sobre o Polo Universitário de Volta Redonda (PUVR-UFF), novo campus da Universidade Federal Fluminense (UFF), fruto das políticas governamentais de expansão do ensino superior. Ele se localiza na Região do Médio Paraíba Fluminense (RMP-RJ), que comporta indústrias de grande porte, além de um amplo parque de pequenas e médias empresas com vocação metalomecânica. Os autores tomaram como base o conceito de universidade empreendedora. Esse conceito surge a partir da segunda revolução acadêmica, preconizada por Etzkowitz (2008), quando é incorporada à missão das universidades a função de desenvolvimento econômico e social. Foi realizada uma pesquisa através de entrevistas com os gestores da Universidade para conhecer as percepções sobre o papel do PUVR-UFF na inovação e no desenvolvimento regional. Com base nos resultados, os autores concluíram que a principal função desempenhada pelo PUVR-UFF, atualmente, é o ensino. Na visão dos entrevistados, o principal entrave para uma participação mais ativa junto ao setor produtivo, empresarial e social, corresponde à estrutura administrativa burocratizada e emperrada. Nesse sentido, o desafio estaria em ampliar o vínculo positivo já firmado com a comunidade local através do ensino e expandir a atuação por meio de projetos que aproveitem o potencial da universidade e sejam capazes de diagnosticar o ambiente econômico, dar apoio e suporte à formulação e implementação de políticas públicas, transformar conhecimento em produtos, processos e serviços inovadores, incentivar a criação de novas empresas e a revitalização das tradicionais, entre outros. Além disso, destacaram a importância da interação com o setor

privado e o poder público para que ocorra a disseminação das inovações nas empresas da região, em prol do desenvolvimento regional. O conceito de desenvolvimento parece se referir à economia loco-regional.

Moraes (2014) buscou compreender o impacto da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) no desenvolvimento socioeconômico da Região do Conselho Regional de Desenvolvimento Sul (COREDE Sul) do Rio Grande do Sul, trazendo exemplos de pesquisas realizadas pela Universidade. Para o autor, o desenvolvimento regional depende de capital humano, de ambiente favorável e sustentável à produção, de instituições fortes que promovam o bem-estar e ordem da comunidade, de inovação e democracia. Com base em Etzkwoitz e Leydesdorff (2000), abordou o terceiro papel da IES no desenvolvimento regional, que tem como principal característica o empreendedorismo, fomentando a inovação gerada através da sinergia entre universidades, indústrias e governo, no que denominou de Hélice Tríplice. Segundo o autor, a UFPel já tem esse princípio incorporado quando apresenta a visão da Instituição que consiste em ser “reconhecida como universidade de referência pelo comprometimento com a formação inovadora e empreendedora capaz de prestar para a sociedade serviços de qualidade, com dinamismo e criatividade” (MORAES 2014, p. 94). Para Moraes (2014), a UFPel tem grande importância para a região do COREDE Sul e para o estado no que tange à agricultura, dado que contribui para a disseminação de melhores técnicas para cultivo e beneficiamento do arroz e outros grãos. Moraes (2014) também afirmou que a sinergia da UFPel com a produção primária e secundária do arroz tem papel vital no posicionamento do estado como o maior produtor desse grão no Brasil. Além disso, a presença da IES no COREDE influi positivamente no Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE). Novamente, desenvolvimento se refere à dinamização da economia, dessa vez com foco na produção agrícola.

Segundo **Penha et al.** (2014, p. 81), na sociedade atual, ciência, tecnologia e inovação (C&T&I) são condições para o desenvolvimento socioeconômico e, nessa conjuntura, as universidades figuram como difusoras do conhecimento. Ademais, “na medida que as regiões formulam estratégias de inovação por meio do conhecimento, há transformações no seu papel econômico político local”. Dessa forma, o desenvolvimento com base na ciência surge das universidades e de outras instituições de pesquisa, atuando em conjunto com as empresas e o governo, no que Etzkowitz (2009) denominou de Hélice Tríplice. Penha *et al.* (2014) discutiram as perspectivas de desenvolvimento tecnológico e econômico fruto do processo de interiorização das universidades federais, com foco no Centro Acadêmico de Vitória (CAV) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no município de Vitória de Santo Antão. Os

autores destacaram ações de iniciativa da UFPE como, por exemplo, o lançamento de editais para bolsas de iniciação à extensão e de apoio financeiro a projetos de extensão; e a atuação da empresa Porto Digital. Na citação abaixo fica evidente o significado de desenvolvimento relacionado a atividades econômicas.

Porto Digital é uma *spin-off* derivada da UFPE, situada no município do Recife, cujo surgimento ocorreu no ano 2000, objetivando produzir conhecimento local e exportar serviços de valor agregado para o mundo. O Porto Digital é um projeto de desenvolvimento econômico que agrega investimentos públicos, iniciativa privada e universidades, compondo um sistema local de inovação que tem, atualmente, 200 instituições entre empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), Economia Criativa, serviços especializados e órgãos de fomento. Até 2012, o Porto Digital havia transferido para o Bairro do Recife cerca de 6.500 postos de trabalho, atraindo 10 empresas de outras regiões do país e quatro multinacionais, abrigando, ainda, quatro centros de tecnologia. (PORTO DIGITAL, 2012 *apud* PENHA *et al.*, 2014, p. 84).

Os autores concluíram que a inserção de um Centro Acadêmico, por meio da interiorização das universidades, fortaleceu o município de Vitória de Santo Antão e os municípios adjacentes, em virtude das pesquisas realizadas em C&T&I, que contribuíram para o desenvolvimento tecnológico e o crescimento econômico, além da inclusão social¹ e da mobilidade e migração dos discentes que não precisam mais se deslocar para outras cidades na busca de qualificação profissional.

Pompeu (2011), com base no modelo da Hélice Tríplice proposto por Etzkowitz e Leydesdorff (1997), realizou uma investigação com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), situada na região norte de Portugal, e a Universidade de Fortaleza (UNIFOR), localizada no Nordeste do Brasil, constatando que ambas apresentam o compromisso com o desenvolvimento econômico e social da região onde estão localizadas e promovem projetos de responsabilidade social em várias áreas do conhecimento, especialmente projetos educacionais de capacitação profissional, apesar das desigualdades estruturais, organizacionais e culturais. Os resultados obtidos no trabalho revelaram que as Universidades:

a) investem no capital humano, com a oferta de cursos gratuitos de capacitação profissional, baseados na demanda e características da região; b) promovem a melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem nas regiões circunvizinhas às instituições; c) incentivam a criação de empresas e de novos negócios, na promoção da inovação e do empreendedorismo; d) formam profissionais de excelência, comprometidos e conscientes com os problemas sociais; e) promovem a auto-estima e a credibilidade entre as pessoas da mesma comunidade, isto é, investem no capital social e f) tornam-se agentes transformadores e instrumentos de desenvolvimento local sustentável. (POMPEU, 2011, s/p.).

¹ Apenas mencionada sem ter sido, de fato, tratada.

Silva (2014) buscou conhecer o papel da Universidade Estadual de Goiás (UEG) no desenvolvimento local, onde estão inseridas suas unidades universitárias, a partir da sua relação com atores das diversas localidades, como órgãos do Governo, empresas e outras instituições. A investigação adotou como referencial teórico autores institucionalistas e três abordagens sobre o papel da universidade, no que denominou de: (1) a abordagem da Tripla Hélice baseado em Etzkowitz e Leydesdorff (1995, 1997, 1998); (2) a abordagem dos Sistemas de Inovação – conceito síntese da elaboração evolucionista ou neoshumpeteriana, cujos principais autores são Freeman (1987) e Lundval (1992), e que considera a empresa o *locus* principal do processo de produção e acumulação de conhecimento; (3) a abordagem de autores latino-americanos (AROCENA, BORTAGARAY e SUTZ, 2008; DAGNINO, 2003; DIAS SOBRINHO, 2005; CATANI e OLIVEIRA, 2002), que caracterizam a universidade como agente do desenvolvimento social, enfatizando a inclusão da universidade nos problemas locais. A autora constatou que as interações mais frequentes com os atores locais, nas unidades universitárias, foram as relacionadas com a formação de pessoal e com a resolução de problemas locais, preconizado pela abordagem de Sistema de Inovação e de autores latino-americanos, não alcançando o papel enfatizado pela abordagem da Tripla Hélice, de propulsora do desenvolvimento econômico e criadora de empresas. Segundo a autora, isso se deu pelo fato da UEG não ter direcionado seus esforços nesse sentido:

A UEG por não ter sido pensada e projetada para interagir e cooperar com as empresas locais, não investiu em infraestrutura científica e tecnológica, pouco incentivou a criação, a produção e o uso do conhecimento para um futuro sistema regional de inovação, e pouco desenvolveu mecanismos que facilitassem a transferência de conhecimento e a criação de empresas. (SILVA, 2014, p. 184).

Lopes (2012) partiu da ideia de que o conhecimento é fator de competitividade fundamental para a capacidade de inovar e, por conseguinte, de desenvolvimento dos países e das suas regiões. Para ela, o desempenho da universidade depende dos resultados positivos provenientes da constituição de parcerias com agentes sociais engajados com o desenvolvimento local e da existência de um Sistema de Inovação eficiente. Nesse contexto, Lopes (2012) analisou a inserção da Universidade Federal de Sergipe (UFS) no processo de inovação e desenvolvimento local e a sua importância no Sistema Nacional de Inovação, com base no referencial teórico do modelo da Tripla Hélice de Etzkowitz e Leydesdorff (1998). A autora define desenvolvimento local como “a capacidade que a região tem de absorver as condições necessárias para que a ciência e a tecnologia se desenvolvam, fazendo gerar riquezas em uma economia globalizada onde a inovação é o novo paradigma de competitividade” (LOPES, 2012, p. 04). Os resultados mostraram que as ações realizadas pela UFS (campus

sede) têm influenciado na construção de uma universidade empreendedora através dos programas de pós-graduação, dos novos cursos de graduação direcionados a áreas estratégicas, da instalação do parque tecnológico SERGIPETEC no campus, da absorção da incubadora Centro de Incubação de Sergipe (CISE) em seu interior, da implantação do Centro de Inovação e Transferência de Tecnologia (CINTEC), da parceria entre FAPITEC-UFS e UFS-Petrobras e, também, pelo aumento do número de doutores, grupos de pesquisa e bolsas de estudos. A autora estima que “a UFS está tentando se adequar com maior velocidade à demanda manifesta pela estrutura produtiva local e também às possíveis demandas nacionais e estrangeiras” (LOPES, 2012, p. 100).

Diniz e Oliveira (2006) analisaram a contribuição da incubadora CENTEV/UFV da Universidade Federal de Viçosa no desenvolvimento local e setorial, a partir do entendimento de que essas organizações facilitam o processo de inovação nas empresas de base tecnológica. O trabalho se baseou na teoria Neo-Schumpeteriana da inovação (FREEMAN, 1991; LUNDVALL, 1992), que entende a inovação como um processo social e sistêmico, dependente da interação de um conjunto de instituições, tendo como agente principal as empresas e formando um Sistema Nacional de Inovação (SNI). Segundo os autores, a Universidade Federal de Viçosa, por meio da incubadora CENTEV/UFV, se mostrou capaz de atuar na promoção do desenvolvimento local e setorial pelo suporte às empresas de base tecnológica focadas no agronegócio, criando um ambiente propício para empresas emergentes, além de fortalecer a relação entre a universidade e o setor produtivo. Além disso, a CENTEV-UFV atua como agente de desenvolvimento econômico local através da “geração de empregos e renda; formação de recursos humanos qualificados; formação de empreendedores; difusão de uma cultura empreendedora na região; criação de um mercado de trabalho dinâmico entre empresas de tecnologia avançada; e atração de investidores” (DINIZ e OLIVEIRA, 2006, p. 16).

Rolim e Serra (2010; 2009) partiram do pressuposto de que a inovação tem um papel relevante no desenvolvimento econômico das regiões e utilizam o conceito de Sistema Regional de Inovação (SRI) para demonstrar a importância das universidades nesse processo. O conceito de SRI, teorizado por Cooke (1997; 1998), surgiu a partir do encontro de duas vertentes teóricas. A primeira, com origem nos trabalhos de inovação tecnológica, especialmente nas de Sistema Nacional de Inovação (Lundvall, 1992), e a segunda, decorrente dos avanços nas teorias de desenvolvimento regional. Para os autores,

A moderna concepção [de desenvolvimento regional] considera que as regiões com maior possibilidade de desenvolvimento são aquelas que conseguem estabelecer um projeto político de desenvolvimento congregando os seus diferentes atores, fazendo parte desse projeto, na sua vertente econômica, a utilização intensiva e coordenada do

conjunto de conhecimentos existentes na região para aumentar a sua competitividade. (ROLIM e SERRA, 2009, p. 89).

Segundo Rolim e Serra (2010), as regiões detentoras de universidade possuem um motor do desenvolvimento. Apesar disso, nem sempre essas instituições são capazes de compreender a dinâmica social e econômica das regiões nas quais estão inseridas, estando, assim, apenas instaladas na região, sem interagir com ela. Já as universidades que são da região estão imersas na dinâmica da sociedade, visando contribuir para a solução dos seus problemas. De acordo com os autores, “o desafio entre *estar* na região e *ser* da região compreende um grande esforço por parte das IES e dos demais atores regionais”. Essa função é compreendida como o terceiro papel das universidades, isto é, responder às necessidades locais e desenvolver o território, a partir de uma [...] “utilização intensiva e coordenada do conjunto de conhecimentos existentes na região para aumentar a sua competitividade”, o que implica a construção de um conjunto de instituições que favorecem a inovação, com destaque para as IES, visto que qualificam o capital humano e favorecem a inovação (ROLIM e SERRA, 2010, p. 3). Para tanto, de acordo com os autores, para aumentar a interação entre universidades e empresas é preciso superar a burocracia e a cultura organizacional estanque das universidades, que representam um entrave às mudanças, visto que o empresariado busca resultados imediatos, incompatíveis, muitas vezes, com as políticas das IES.

Rolim e Serra (2009) também analisaram o esforço cooperativo entre as IES da região Norte do Paraná considerando, especialmente, as duas principais universidades estaduais, a Universidade Estadual de Londrina (UEL) e a Universidade Estadual de Maringá (UEM), e os demais atores locais em prol do desenvolvimento regional. De acordo com os autores, as universidades do Norte do Paraná têm uma relação estreita com a região, com participação ativa nos problemas regionais. Segundo os autores, a avaliação do impacto da UEL e da UEM sobre o território não tem uma resposta determinante. As políticas pensadas para a região pressupõem a pesquisa e a inovação como elementos fundamentais para o desenvolvimento local. Nesse sentido, os parques tecnológicos são concebidos como possíveis alavancas para a economia regional. Além disso, para os autores, ambas as universidades têm uma boa atuação no campo cultural, dado que oferecem vários tipos de cursos e eventos para toda a sociedade. Rolim e Serra (2009) comentaram que, apesar das universidades centrarem-se em objetivos restritos ao meio acadêmico, com propósitos, muitas vezes, diferentes das regiões, elas seguramente contribuem para a melhoria da qualidade de vida na região através dos profissionais que forma, das pesquisas realizadas em seus *campi* e da transferência dos seus resultados para a sociedade. Segundo os autores, a grande questão está em “como fazer chegar ao empresário

típico da região os conhecimentos acumulados na universidade que podem aumentar a sua competitividade?” (ROLIM e SERRA, 2009, p. 100).

2.1.1 Informações complementares sobre o referencial

De acordo com a Organisation for Economic Co-operation and Development – OECD (1997, p. 9, tradução nossa), “o conceito de Sistema Nacional de Inovação [SNI] baseia-se na premissa de que a compreensão das relações entre os atores envolvidos na inovação é a chave para melhorar o desempenho da tecnologia”. Para a abordagem de SNI, os fluxos de tecnologia e informações entre pessoas, empresas e instituições são essenciais para o processo de inovação. Nesse sentido, a inovação e o desenvolvimento tecnológico são o resultado de uma interação complexa entre os atores do sistema, o que envolve universidades, empresas e governo. Esses fluxos envolvem investigação conjunta, parcerias entre setor público e privado, troca de patentes, compra de equipamentos, circulação de pessoal, conhecimento tácito ou *know-how* trocados através de canais informais.

Para a OECD (1997), compreender o SNI possibilita identificar oportunidades de melhorar o desempenho inovador das economias, baseadas no conhecimento e na competitividade global. Esse desempenho depende, em grande medida, de como esses atores se relacionam e da fluidez dos fluxos de conhecimento. Não há uma definição única para SNI, o importante é a teia de interação ou o sistema dentro do sistema global de inovação. Essa abordagem tem ganhado crescente importância no campo tecnológico devido a três fatores: “(1) o reconhecimento da importância econômica do conhecimento; (2) o aumento do uso de sistemas de abordagens; e (3) o crescente número de instituições envolvidas na geração de conhecimento” (OECD, 1997, p. 11).

Os principais teóricos sobre SNI o definem da seguinte maneira: “[...] a rede de instituições dos setores público e privado, cujas atividades e interações iniciam, importam, modificam e difundem novas tecnologias” (FREEMAN, 1987 apud OECD, 1997, p. 10); “[...] os elementos e relações que interagem na produção, difusão e uso de novos conhecimentos economicamente úteis, localizados dentro ou enraizadas nas fronteiras de um Estado-nação” (LUNDVALL, 1992 apud OECD, 1997, p. 10).

Abordagens mais recentes exploram o conceito de Sistema Regional de Inovação (SRI), a partir do entendimento de que um Sistema de Inovação não precisa se restringir aos limites

dos Estados nacionais. A origem do conceito parte de duas vertentes teóricas, a de sistema de inovação e de desenvolvimento regional. Foi através das relações da cadeia de fornecimento entre as empresas e a sua contribuição para formação de aglomerados concentrados em determinadas regiões que, em certa medida, abriu-se o caminho para a análise dos processos de inovação em nível regional (COOKE, URANGA e ETXEBARRIA, 1997).

Da relação universidade, empresa e governo, também surgiu a abordagem da Hélice Tríplice ou *Triple Helix*, desenvolvida por Henry Etzkowitz e Loet Leydesdorff (1998), que compreende a universidade como indutora dessa interação com vistas à produção de novos conhecimentos, inovação tecnológica e desenvolvimento econômico (TRIPLE HELIX BRASIL, 2015). Nesse modelo, cada ator é representado por uma hélice. A interação crescente entre as hélices gera uma espiral de conexões que atuaria em vários estágios do processo de inovação. As três pás da hélice (universidade-empresa-governo) se movimentam de forma cíclica, espiral, cumulativa e contínua, em prol do processo criativo e inovador, gerando um processo virtuoso de crescimento e desenvolvimento econômico (ETZKOWITZ, 2009).

As universidades assumem a função de condutoras do modelo, sendo consideradas a mola propulsora para a inovação e o desenvolvimento, visto que possuem um ambiente propício à inovação pela concentração de conhecimento e capital intelectual e, assim, são fonte de inovações a serem transferidas para a sociedade. Como consequência, emerge uma universidade empreendedora na qual o relacionamento entre as hélices assume diferentes configurações, como *spin-off*, incubadoras e parques tecnológicos; escritórios de propriedade intelectual e comercialização de tecnologia; redes de conhecimento; arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais (APLs e ASPILs); universidades corporativas entre outros (TRIPLE HELIX BRASIL, 2015). Segundo Etzkowitz (2009), a emergência da universidade empreendedora é uma resposta para a crescente importância do conhecimento no sistema de inovação nacional e regional e o reconhecimento de que a universidade é um ator principal, um inventor criativo e um agente de transferência tanto do conhecimento quanto da tecnologia, na medida que aumenta as fontes de conhecimentos científicos e encurta o ciclo dos processos de inovação.

Para o autor,

Uma região com uma universidade empreendedora abrangente tem a capacidade de transcender um paradigma tecnológico específico e renovar-se através de novas tecnologias e empresas geradas a partir de sua base acadêmica. Uma universidade empreendedora pode ser encontrada como a fonte de praticamente qualquer região de alta tecnologia ou como uma consequência de seu desenvolvimento. (ETZKOWITZ, 2009, p. 97).

Etzkowitz (2009) também comenta que as universidades passaram por duas transformações que ele denominou de Revoluções Acadêmicas. A primeira, ocorrida a partir da

metade do século XIX, marca a incorporação do processo de pesquisa às atividades de ensino; a segunda, se dá através da nova missão da universidade de promover o desenvolvimento econômico e social na sociedade do conhecimento.

Esse modelo aborda o processo de produção do conhecimento científico gerado nas universidades, nesses trabalhos, em associação com os interesses privados. O que se percebe é uma aproximação das universidades com o setor produtivo, intermediada pelo governo, num fluxo que visa levar a inovação e o conhecimento produzido nas universidades para o mercado, em prol do desenvolvimento econômico, incorporado à missão das universidades consideradas empreendedoras.

2.2 POLOS DE CRESCIMENTO

Oliveira Jr. (2014) discutiu as universidades como vetores indutores de desenvolvimento local/regional, à luz da teoria dos polos de crescimento de François Perroux (1967), que compreende desenvolvimento como desequilíbrio através de um crescimento irregular em polos localizados, enfatizando conceitos como os de polarização e inovação, fundamentais para o processo de transformação espacial. Para Oliveira Jr. (2014, p. 1), as universidades contribuem para dinamizar o território na medida em que direcionam fluxos, mobilizam recursos humanos e financeiros, e promovem uma maior articulação em nível local. Nesse sentido, “são polos de desenvolvimento capazes gerar impulsos de crescimento para o território”. São, também, responsáveis pela formação e qualificação da força de trabalho e pela “[...] geração de um conjunto de saberes multiplicadores de produtos, técnicas, tecnologias, se constituindo numa espiral do ciclo da produção científica”. Além disso, dinamizam as economias locais pelos investimentos que atraem, conduzindo, muitas vezes, à especialização dos lugares. Assim, o autor entende a instalação de um campus universitário como uma atividade polarizadora capaz de acumular riqueza. Segundo ele, “estamos diante de uma forma nova de gerar riquezas: o conhecimento capaz de gerar inovações” (OLIVEIRA JR, 2014, p. 11).

2.2.1 Informações complementares sobre o referencial

Segundo Faé (2009, p. 50), Perroux (1967), a partir da teoria dos polos de crescimento, “buscou entender os fatores pelos quais o crescimento em determinado espaço se pulverizava ou se concentrava em pontos específicos, em detrimento dos demais” e, também, “a forma como ocorriam as relações entre as diversas partes de uma região alvo de programas de desenvolvimento, com vista ao intercâmbio comercial”.

De acordo com Faé (2009), Perroux (1967, p. 164) compreendia o crescimento nos países que recebiam investimentos financeiros para fins de industrialização como um processo irregular, através da formação de aglomerações sob a influência dos complexos industriais e, principalmente, das empresas motrizes, caracterizado por um intenso fluxo comercial, no que denominou de polos de crescimentos. Para Perroux (1967, p. 164), “o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento; propaga-se segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia”. Nessa teoria, são as relações comerciais que induzem o crescimento econômico pela formação de polos de crescimento.

Faé (2009) comenta que essa polarização contribui para o avanço das desigualdades regionais proporcionalmente ao aumento do progresso técnico e econômico, na medida que propõe alternativas de investimento focadas em pontos específicos, favorecendo o crescimento polarizado de uma determinada região em detrimento de outras interligadas. Além disso, Perroux (1967), defende o crescimento econômico como princípio básico do desenvolvimento.

2.3 DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE

Lobo et al. (2013) abordaram a atuação da universidade como indutora e protagonista do desenvolvimento social, sob o panorama da Educação a Distância (EAD), no âmbito do Curso de Administração Pública do Programa Nacional de Administração Pública (PNAP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Os autores basearam-se na concepção de desenvolvimento como liberdade defendida por Sen (2000), segundo a qual é necessário eliminar as formas de privação de liberdade que limitam a capacidade das pessoas de exercerem sua condição de agente, reduzindo a sua atividade produtiva. Para Sen (2000), a educação faz parte do grupo de liberdades substantivas essenciais que oportunizam a inserção social e

econômica dos indivíduos. De acordo com Lobo *et al.* (2013), entre as vantagens da EAD, esta modalidade

[...] permite a ampliação da oferta, a interiorização da universidade e o cumprimento de sua função de promoção da inclusão social² e, sobretudo, a indução do desenvolvimento social, não somente em sua área de abrangência física, mas em nível nacional. (LOBO *et al.*, 2013, p. 15).

2.3.1 Informações complementares sobre o referencial

Sen (2000, p.16) trata “o desenvolvimento [...] como um processo de expansão das liberdades individuais”. Segundo Sen (2000, p. 10), “o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente”. Nesse sentido, a expansão da liberdade é considerada o principal fim e o principal meio do desenvolvimento.

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social, sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. (SEN, 2008, p. 16-17).

O conceito de desenvolvimento, proposto por Sen (2000), expressa a necessidade de extinção das desigualdades de oportunidades causadas pela ausência de liberdades básicas, como saúde, educação, infraestrutura e alimentação, que, por consequência, limitam a livre ação dos homens, reduzindo a sua capacidade produtiva. O autor descreve diferentes tipos de liberdade com relação mútua e complementar que aumentam a capacidade geral dos indivíduos, englobando liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora.

De acordo com Sen (2008, p. 26), o desenvolvimento dos países está ligado às oportunidades que sua população possui para fazer escolhas livres no mercado. Contudo, é necessário a garantia de direitos e oportunidades sociais, visto que “com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seus próprios destinos e ajudar uns aos outros”.

Ainda no entender de Sen (2008, p. 59),

Oportunidades sociais são as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde, etc., as quais influenciam a liberdade substantiva de o indivíduo viver melhor. Essas facilidades são importantes não só para a condução da vida privada (como por exemplo levar uma vida saudável, livrando-se da morbidez evitável

² Apenas mencionada sem ter sido, de fato, tratada.

e da morte prematura), mas também para uma participação mais efetiva em atividades econômicas e políticas.

De acordo com Faé (2009), a ação discursiva de Sen (2000), apesar de ocasionar práticas que enriquecem a vida humana, através do desenvolvimento de capacidades elementares, conferiu às capacidades um caráter utilitarista, ao considerar que “[...] essas liberdades e direitos também contribuem muito eficazmente para o progresso econômico” (SEN, 2000, p. 53). Além disso, mesmo que o incentivo às capacidades possa viabilizar o desenvolvimento atraindo a atenção pública para intervenções no âmbito social, também colaborou para reafirmar o predomínio do mercado nos novos rumos do discurso desenvolvimentista visto que “[...] atribuiu à lógica dos mercados uma posição de pano de fundo que fornece os mecanismos avaliativos em relação à eficiência de determinada escolha” (FAÉ, 2009, p. 166).

De acordo com Dornelas Camara (2014, p. 24), Sen (2000) situa o mercado como “[...] *locus* para a realização das capacidades humanas”, ou seja, como o espaço para a realização das escolhas e para o exercício da liberdade, quando afirma que “o sistema de mercado determina a eficiência de utilidades individuais a partir da oferta aos indivíduos de oportunidades adequadas dentre as quais eles podem escolher” (SEN, 2000, p. 142).

Assim, segundo Faé (2009), apesar de Sen (2000) ter defendido a redução das situações de privação socioeconômica, submeteu as ações individuais à macroestrutura econômica e entrou em conformidade com os discursos dominantes, criando a ilusão de que as desigualdades no sistema capitalista poderiam ser suplantadas através dos esforços individuais.

2.4 DESENVOLVIMENTO A PARTIR DE UMA ESCALA LOCAL OU REGIONAL

Para **Pena Júnior, Graciano e Válery** (2005), o desenvolvimento local tem sido abordado e aplicado como alternativa à incapacidade das políticas públicas centralizadas de atender às demandas sociais, o que suscita a responsabilidade dos atores locais. Os atores devem ser vistos não só como membros das populações, mas também incluem o conjunto de organizações envolvidas, o que abrange a universidade, a ação privada e a ação da sociedade civil organizada. De acordo com os autores, a universidade, pelo acúmulo de conhecimento, tem o poder de aglomerar elementos que contribuem para a construção de um contexto capaz de fornecer respostas aos anseios sociais. A noção de desenvolvimento adotada por esses autores é a endógena ou de baixo para cima, pela qual os atores locais desempenham o papel

central na definição, execução e controle das políticas (SOUZA FILHO, 2005; AMARAL FILHO, 1996; VAZQUÉZ BARQUERO, 2001). Segundo os autores, “é importante e necessário que a sociedade tome para si a responsabilidade de criar um ambiente economicamente mais dinâmico e socialmente mais justo” (PENA JÚNIOR, GRACIANO e VÁLERY, 2005, p. 4137).

Segundo **Wanzinack e Signorelli** (2014, p. 304), para que o desenvolvimento seja promovido em uma determinada região, “há uma necessidade de criar uma ‘autonomia endógena’, que encoraja a população local na construção participativa de novas estratégias de desenvolvimento [...]”. Com essa finalidade, o campus Litoral da Universidade Federal do Paraná (UFPR), fruto da política nacional de expansão do ensino superior, foi concebido por meio de Projeto Político-Pedagógico (PPP) específico que englobou as perspectivas de desenvolvimento e promoveu, não apenas a formação de indivíduos para o mercado de trabalho, como também uma “formação emancipatória de sujeitos autônomos, proativos, sensíveis à realidade e às vulnerabilidades locais, que proponham ações em prol da sua comunidade”. Os autores destacaram algumas das estratégias e metodologias adotadas pela UFPR Litoral nessa direção. Uma delas foi a estratégia de trabalho por Projetos, pela qual, a partir do reconhecimento dos problemas regionais, os alunos são instigados a desenvolver seus Projetos de Aprendizagem (PA) pela tríade ensino, pesquisa e extensão, com vistas à proposição de ações na comunidade, no intento de minimizar as deficiências regionais, através de uma formação interdisciplinar, emancipatória, integrada com a realidade, trabalhando com “[...] autonomia, empoderamento, protagonismo e pró-atividade [...]” (WANZINACK e SIGNORELLI, 2014, p. 304). Outra estratégia significativa, que visa diminuir os problemas locais, é o Grupo de Articuladores da Educação Pública, que tem por objetivo congregar os diferentes níveis de ensino público na região, articulando as Secretarias Municipais de Educação com a Universidade. Segundo os autores, a UFPR Litoral foi concebida não apenas para ofertar cursos para uma população desfavorecida e excluída socialmente, mas, principalmente, “para ser um agente potencializador de desenvolvimento na região” (UFPR, 2008a apud (WANZINACK e SIGNORELLI, 2014, p. 289).

De acordo com **Schafaschek e Meneghel** (2009), em Santa Catarina, a percepção sobre o potencial das universidades como promotoras do desenvolvimento regional impulsionou a criação e implementação do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE). Uma iniciativa conjunta de Universidades do Oeste Catarinense e órgãos públicos que perceberam, na formação de agentes de desenvolvimento regional, uma alternativa de alavancar o desenvolvimento das regiões. Segundo os autores, o caráter endógeno do programa

foi fundamentado na teoria do desenvolvimento regional sustentável defendida por Sachs (2002), que envolve cinco dimensões de sustentabilidade: social, econômica, ecológica, espacial e cultural. Com esse propósito, foi designada às Universidades a tarefa de formar agentes de desenvolvimento regional por meio de um curso sequencial com o objetivo de “agregar à formação de novos profissionais graduados em nível superior a capacitação para planejar, implantar, gerir e avaliar projetos de desenvolvimento sustentável com visão sistêmica e empreendedora” (PROESDE, 2004, p. 16 *apud* SCHAFASCHEK e MENEGHEL, 2009, p. 194). Apesar das críticas sofridas, pela dificuldade de relacionar teoria e prática, o PROESDE possibilitou avanços em relação ao debate da realidade regional, na percepção de problemas e potencialidades locais/regionais, na reflexão de discentes e docentes para um desenvolvimento além do econômico. Neste programa, as Universidades constituem o eixo de uma parceria entre diferentes instâncias e atores, em prol da construção de planos de desenvolvimento regional.

Cechella (2007), ao considerar a universidade como um elemento chave no processo de desenvolvimento local, buscou compreender o desenvolvimento enfatizando a atividade de pesquisa das universidades e investigando a vinculação dos projetos de pesquisa desenvolvidos na Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) com o desenvolvimento local, através da análise de conteúdo dos projetos. Na avaliação, o autor utilizou a noção de desenvolvimento local proposta por Vazquez Barquero (2001), dividida em três dimensões: econômica, com o uso eficiente dos recursos e melhoria nos níveis de produtividade e competitividade; sociocultural, com a articulação dos atores formando uma densa teia de relações; e política, concretizada pelas iniciativas locais que favorecem a produção. Dentre as amostras, que fizeram referência ao desenvolvimento local, dez foram colocadas na dimensão econômica, seis na sociocultural e nove na política, ressaltando que ocorreram amostras com mais de uma evidência. De acordo com o autor, os resultados demonstraram equilíbrio nos objetivos dos projetos de pesquisa, com maior inclinação à dimensão econômica. Nesta dimensão, a maior referência ocorreu no campo de inovação de processos e/ou produtos (50%), seguido do aumento do valor agregado (40%); na dimensão sociocultural, a maior característica foi a melhora na qualidade de vida (50%); e na dimensão política, o incentivo ao desenvolvimento sustentável (aproximadamente 89%).

Segundo **Casagrande** (2014, p. 9) “a educação a distância (EAD) tem contribuído de forma significativa para a melhoria do nível da educação no Brasil, rompendo barreiras geográficas, culturais, sociais e econômicas”. Nesse sentido, o autor realizou uma pesquisa qualitativa com o propósito de elencar os fatores propulsores do desenvolvimento local na visão dos docentes e egressos do curso de administração do ensino a distância da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), através de questionários e entrevistas. O autor considera o

desenvolvimento local como um processo endógeno de mudança que leva ao dinamismo econômico (BUARQUE, 2008), como um processo histórico de melhoria gradual (BROSE, 2004), pelo qual as comunidades agem como atores (AVILA, 2000). A partir dos resultados, Casagrande (2014) destacou o acesso ao conhecimento, a geração de renda, a inclusão social³ e as práticas sociais e econômicas como benefícios da EAD no desenvolvimento local.

Fleck e Picinin (2013) realizaram uma avaliação da inserção da Universidade Federal do Pampa em Sant'Ana de Livramento, considerando os resultados de seus projetos de ensino, pesquisa e extensão ou perspectivas de resultados, com base no conceito de desenvolvimento endógeno que preconiza soluções compartilhadas (VAZQUEZ BARQUERO (2001), e desenvolvimento regional sustentado, que integra o tema da sustentabilidade, envolvendo os ambientes econômico, político, cultural e natural – EPNC (SAQUET, 2009). Segundo as autoras, no ambiente econômico, a UNIPAMPA apoia atividades consideradas promissoras para a localidade, como a vitivinicultura e o turismo de compras, além da proposta de criação de um parque tecnológico que estimule o empreendedorismo; no ambiente político, atua através da inserção de servidores em conselhos municipais; no ambiente cultural, através dos projetos como a Feira Binacional do Livro e o CinePampa; e no ambiente natural, através das disciplinas que focam a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente. A partir do estudo, as autoras concluíram que a UNIPAMPA é fonte de desenvolvimento local pela identificação das competências territoriais e, principalmente, por estar inserida nos ambientes que contribuem para um desenvolvimento territorial sustentado.

Fleck (2011) propôs a construção de um modelo teórico sobre o papel da universidade no contexto do desenvolvimento regional. A autora aborda o conceito de desenvolvimento territorial ou regional como um processo endógeno de mudança social (PIRES, 2007), decorrente de uma ação coletiva intencional (PIRES; MULLER; VERDI, 2006), pelo qual o êxito de uma localidade depende de competências, redes, projetos e instituições (DALLABRIDA, SIEDENBER e FERNÁNDEZ, 2004) e do estabelecimento de uma estrutura que permita o acesso dos indivíduos aos meios que ele necessita para obter as liberdades essenciais ao desenvolvimento (SEN, 2000). O modelo tem como base o institucionalismo econômico e busca provar que as IES são fontes de subsídios para o desenvolvimento regional a partir da participação de sujeitos como agentes transformadores dentro do conjunto da tríade ensino-pesquisa-extensão. O modelo sustenta que, com base nessa tríade, três vetores emergem

³ Apenas mencionada sem ter sido, de fato, tratada.

como competências territoriais fundamentais: qualificação, progresso e mudança. Esses vetores estão ancorados na função dos indivíduos de torná-los competências para o êxito.

Fleck (2012) também elaborou um mapa conceitual de desenvolvimento regional para explicar de que forma uma universidade pode contribuir para o desenvolvimento do mercado de trabalho na região onde está inserida. Buscando em diferentes fontes (economia, sociologia e administração), a autora optou pelo conceito de desenvolvimento territorial sustentado e pelo modelo EPCN, que analisa o ambiente econômico, político, cultural e natural estruturado por Saquet (2009). Este modelo também se assenta na noção de desenvolvimento local endógeno de Pecqueur (2009) e Barquero (2001), que defendem a necessidade de encontrar soluções compartilhadas e características específicas das regiões. A autora também destacou a importância do envolvimento das pessoas que residem na região, utilizando o conceito de desenvolvimento como liberdade de Sen (2000). Para compreender empiricamente o fenômeno estudado, a autora optou por um estudo de caso na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), no campus Sant'Ana do Livramento, focando na dinamização do mercado de trabalho. A vinculação do desenvolvimento com o mercado de trabalho partiu de duas premissas: aumento do número de indivíduos qualificados para trabalhar na região, com afinidade com as competências territoriais; e desenvolvimento das competências territoriais (primeiramente atuando na identificação dessas) que podem, em decorrência, dimensionar os segmentos do mercado de trabalho da região. Através de uma análise de dados secundários do IBGE, a autora constatou que houve um maior crescimento relativo do número de empregos em Sant'Ana do Livramento em relação ao estado e afirmou que houve uma mudança estrutural no mercado de trabalho do município a partir da implantação da UNIPAMPA. Para tanto, a autora realizou uma análise de regressão linear múltipla para analisar a evolução dos empregos formais de Sant'Ana do Livramento antes e depois da vinda da Universidade, contudo não considerou outras variáveis que possam ter influência nos resultados para comprovar essa relação. Assim, não é possível afirmar que houve uma mudança no mercado de trabalho exclusivamente em função da chegada da UNIPAMPA na região.

Santos (2008) analisou a influência da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) no desenvolvimento social e econômico do bairro Salobrinho, no município de Ilhéus – BA. O trabalho adotou a concepção de desenvolvimento endógeno baseado nos conceitos de Vazquez Barquero (1999) e Brose (2000), preconizando ações de baixo para cima na busca de soluções compartilhadas entre os atores, valorizando as potencialidades locais. Levando em conta a realidade do bairro, através dos relatos das lideranças sócio-econômico-culturais locais, Santos (2008) constatou que o processo de estadualização da UESC alterou expressivamente o

contexto do local. Para o autor, a universidade pública é capaz de fortalecer a região de abrangência e gerar desenvolvimento pela formação profissional, pelas atividades de pesquisa e extensão, pela geração de conhecimento científico e tecnológico, além da movimentação econômica decorrente dos gastos com sua manutenção e da circulação de alunos, professores e visitantes de outras localidades. Dentre essas dimensões, o fortalecimento da economia local foi o elemento de maior impacto na relação UESC e Salobrinho.

Lima (2012) verificou o impacto do ensino ofertado pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) no desenvolvimento regional do Mato Grosso do Sul entre 1996 e 2007. A autora utilizou a concepção de desenvolvimento endógeno que destaca a importância dos territórios contarem com um sistema institucional evoluído e complexo fazendo uma melhor utilização dos recursos disponíveis para aumentar a competitividade (VAZQUEZ BARQUERO, 2001), envolvendo fatores econômicos, sociais, culturais, políticos e ecológicos na mobilização das potencialidades locais (MELO e HANSEN, 2007), com a extinção das privações de liberdades individuais (SEN, 2000), apregoando o fim da pobreza para o progresso econômico (SACHS, 2005). Lima (2012) concluiu que a implantação da UEMS contribuiu para o aumento do PIB Municipal, PIB *per capita* e IDH dos 15 municípios onde está inserida, mas não realizou uma análise de correlação para fundamentar o argumento, sem considerar outras variáveis que possam ter influenciado esses resultados. No que se refere à taxa do crescimento da escolaridade no emprego formal, todos os municípios apresentaram taxa de crescimento superior a 100% com pessoas com ensino superior no mercado de trabalho. A autora também constatou que a maioria dos egressos permaneceram nos municípios onde concluíram sua formação. De acordo com Lima (2012, p. 138), “quando uma política firme é adotada, no sentido de ofertar um ensino superior público para uma determinada região, pode-se esperar que os impactos social e econômico venham naturalmente”.

Fagundes e Giroletti (2013) analisaram a contribuição da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) no desenvolvimento regional do Sudoeste Baiano. O conceito de desenvolvimento desse trabalho relaciona correntes distintas, como Schumpeter (1997), que relaciona desenvolvimento com evolução; Sen e Kliksberg (2010), que enfatizam a importância de investir em capital humano e social, além de equidade e democracia; o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNDU), que criou o IDH englobando as esferas sociais, culturais e políticas da população; e o desenvolvimento endógeno (DINIZ, 2000) que defende o uso equilibrado do território somado a ação dos atores locais. Segundo os autores, a contribuição da UESB deu-se pelo tripé ensino, pesquisa e extensão. O impacto foi medido pela média de indicadores econômicos, sociais e humanos da região Sudoeste, comparados com

indicadores de outras regiões baianas que não possuem universidades no seu território. Por essa análise, os autores apontaram a contribuição da Universidade pelos componentes que mais contribuíram para os índices, como a qualificação da mão-de-obra regional e atração de novos negócios, melhoria dos níveis de saúde e educação da população, além da melhoria do IDH dos municípios, sobretudo pela elevação dos níveis de educação, com aumento das taxas de alfabetização, frequência escolar e acesso ao ensino superior. Indiretamente, a Instituição também contribuiu para a melhoria dos níveis de longevidade e renda da população do Sudoeste Baiano. Entretanto, é questionável a validade da afirmação, pois como os próprios autores reconhecem, a pesquisa não contempla a análise de outras variáveis que têm influência no ambiente socioeconômico da região.

Lopes (2001) discutiu a importância dos recursos financeiros das universidades públicas para a economia dos municípios onde estão inseridas, considerando as IES como vetor do desenvolvimento local através do capital humano que forma, das pesquisas que realiza e dos gastos que gera. O trabalho se baseou no conceito de desenvolvimento regional endógeno de Boisier (1989, 1999) e Amaral Filho (1995,1999). Para o primeiro, a endogenia está relacionada às estruturais locais (públicas e privadas) na formulação e execução dos objetivos; para o segundo, a endogenia relaciona-se com a valorização dos fatores de produção tais como capital humano, instituições e meio ambiente, enfatizando a importância do Estado nesse processo. Lopes (2001) mensurou o impacto dos gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), tais como custeio e investimentos, além de gastos de professores, funcionários e alunos, em Vitória da Conquista, com base em indicadores econômicos. A partir dos resultados, Lopes (2001) afirmou que Vitória da Conquista foi duplamente beneficiada pela presença da UESB. Primeiro, pelos profissionais que forma; segundo, pela renda injetada na economia, com retorno da metade dos impostos estaduais arrecadados. O estudo finalizou com a proposta de um *cluster* de educação superior como alternativa para o desenvolvimento local de Vitória da Conquista.

Santos (2007) analisou o impacto das Instituições de Ensino Superior (IES) no desenvolvimento local do município Vitória da Conquista na Bahia, com base na teoria do desenvolvimento regional endógeno e dos aglomerados, a partir da análise da movimentação financeira gerada. O trabalho centrou no conceito de desenvolvimento regional endógeno, numa visão de baixo para cima (BOISIER, 1989, 1996, 1999; AMARAL FILHO, 1999, 1996, 2001, 2002, 2004); e na teoria dos aglomerados (MARSHALL, 1982; PORTER, 1998), pela qual as aglomerações geográficas das atividades econômicas ou das populações podem trazer ganhos de produtividade, através de Arranjos Produtivo Locais (APL), *Clusters* (PORTER, 1993),

Sistemas Inovativos Locais etc. Os principais resultados mostraram que as IES possuem propriedades impulsionadoras de crescimento econômico local, uma vez que atraem recursos de outras esferas governamentais e excedentes de outras localidades, gerando grande impacto na economia do município. Além disso, segundo o autor, as IES atuam em sintonia com as políticas das esferas governamentais superiores, formam uma aglomeração e contribuem para um mercado de trabalho especializado.

De acordo com **Vecchio** (2010), a prática acadêmica tem se comprometido com os esforços de superar as dificuldades de uma nação subdesenvolvida, contribuindo para que o país possa definitivamente desenvolver-se. Vecchio (2012) utilizou uma noção de desenvolvimento macroestrutural a partir da corrente histórico-estruturalista, baseada nos trabalhos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e de Celso Furtado, em contraposição à corrente liberal que compreendia crescimento econômico e desenvolvimento como sinônimos, como um processo linear e evolutivo, formulando, assim, as noções de Centro-Periferia e Subdesenvolvimento, no qual os países periféricos (colonizados) sustentam o progresso dos países centrais através do fornecimento de recursos naturais e mão-de-obra, acarretando em dependência econômica, tecnológica e cultural. Também utilizou uma abordagem regional a partir da concepção de Boisier (1988; 1999) que compreende as regiões como uma "região-sujeito", isto é, um espaço social, enfatizando as forças endógenas. Nessa conjuntura, o autor estudou a criação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) como elemento catalisador do desenvolvimento. Como resultado da pesquisa, o autor chegou à conclusão que o potencial de contribuição da UERGS advém

de seu fomento à vocação agrícola, através do estímulo às potencialidades locais; da ênfase na sustentabilidade como orientadora das ações voltadas ao aprimoramento da atividade produtiva; do foco das atividades acadêmicas no fortalecimento da economia interna e sua autonomia; do objetivo de auxiliar na inserção do Rio Grande do Sul no contexto internacional; da formação de sujeitos e do protagonismo como referências ao preparo dos futuros profissionais; da premissa da responsabilidade e das implicações sociais subjacentes ao conhecimento; da disposição em vincular-se com as comunidades, direcionando as ações à inclusão social e ao atendimento das demandas da população; e da constituição de redes de articulação inter-regionais, promovendo o diálogo e a troca de experiências entre indivíduos e organizações atuantes nas diferentes localidades do Estado. (VECCHIO, 2010, p. 256-257).

Goulart (2005) buscou compreender a maneira pela qual as universidades intervêm no processo desenvolvimento local, com base na articulação entre o contexto institucional de referência da produção científica e tecnológica, analisando a estrutura dos programas de pós-graduação em Ciência da Computação, reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), situados na região Nordeste do Brasil, através da análise das categorias internacionalização e inserção local. A autora utilizou como base de análise a

Teoria Institucional e abordou o desenvolvimento local a partir da estrutura Centro-Periferia do sistema mundial e da noção de subdesenvolvimento de Celso Furtado. Goulart (2005) destacou a importância de uma forte internacionalização, articulada à uma inserção local também forte para causar impacto no desenvolvimento da localidade. Segundo ela, a internacionalização favorece uma visão ampla dos problemas, enquanto a inserção local expande os muros da universidade e do campo científico.

2.4.1 Informações complementares sobre o referencial

De acordo com Boisier (2001), existe uma polissemia em torno do termo desenvolvimento, isto é, uma multiplicidade de significados que variam em relação ao adjetivo que acompanha o substantivo. Assim, segundo esse autor, é possível observar uma proliferação de desenvolvimentos, como desenvolvimento territorial, desenvolvimento regional, desenvolvimento local, desenvolvimento endógeno, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento humano, desenvolvimento de baixo para cima, e tantos outros. Para o autor, esses adjetivos são convergentes e, muitas vezes, redundantes e tautológicos, já que sozinhos dizem o que o próprio conceito engloba.

Para Boisier (2005, p. 51, tradução nossa),

O desenvolvimento é um fenômeno dependente da trajetória e historicamente evolutivo, que se inicia sempre em algum lugar (ou em vários, mas nunca em todos), sempre como um processo essencialmente endógeno (ainda que sua base material possa ser consideravelmente exógena), sempre descentralizado e sempre com um dinâmica do tipo capilar, “de baixo para cima e para os lados”, que terminará por produzir, em função da dialética função/território, própria da modernidade, uma geografia do desenvolvimento, raramente uniforme, comumente com forma de arquipélago ou, em um extremo, com a forma da dicotomia centro/periferia.

Assim, Boisier (2001, 2005) entende o desenvolvimento como um processo local, endógeno, descentralizado, capilar, contínuo ou descontínuo sobre o território. Para o autor, a descentralização supõe uma configuração territorial em forma de um sujeito coletivo capaz de construir o futuro, através da constituição de um ambiente ocupado por uma variedade de atores públicos e privados, cuja interação resulta na sinergia necessária para o desenvolvimento. Segundo ele, a endogeneidade do desenvolvimento deve ser compreendida em quatro planos interdependentes: plano político, plano econômico, plano científico e tecnológico, e plano cultural. Além disso, o crescimento de um território depende de seis fatores:

(1) da acumulação de capital; (2) da acumulação de progresso técnico; (3) da acumulação de capital humano; (4) da demanda externa; (5) dos efeitos territorialmente diferenciados do quadro de política macroeconômica, e (6) do desdobramento territorial do projeto nacional. (BOISIER, 2005, p. 60, tradução nossa).

De acordo com Vázquez Barquero (2007, p. 184, tradução nossa), “as iniciativas de desenvolvimento local podem ser entendidas como as respostas dos agentes públicos e privados aos problemas e desafios decorrente da integração dos mercados [...]”, empregando, assim, os recursos do território por meio de mecanismos e forças que atuam sinergicamente e influenciam a dinâmica econômica. Para ele, o desenvolvimento endógeno corresponderia à formação de um processo empreendedor e inovador, no qual o território não é um mero receptor das estratégias das grandes empresas e organizações externas, ao contrário, tem sua própria estratégia com influência na dinâmica econômica local. Além disso, o autor comenta que a noção de desenvolvimento endógeno permite compreender a dinâmica econômica dos territórios e propor medidas que estimulem os processos de acumulação de capital, sendo a difusão da inovação e do conhecimento os elementos fundamentais para esse processo.

Ademais, os processos de acumulação de capital e desenvolvimento são atrelados a quatro fatores determinantes que se complementam: “a difusão de inovações e conhecimento entre empresas e organizações; a adoção de formas mais flexíveis de organização da produção; o desenvolvimento de economias de urbanização; e a densidade do tecido institucional” (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001, p. 1, tradução nossa).

Vázquez-Barquero (2007) explica que as políticas de desenvolvimento devem ser construídas a partir de fatores econômicos, sociais, ambientais, institucionais, políticos e culturais, que são combinados de forma única em cada localidade. Assim, as iniciativas de desenvolvimento diferem de um território para outro.

A teoria do desenvolvimento endógeno considera que a acumulação de capital e o progresso tecnológico são, sem dúvida, fatores-chave para o crescimento econômico. Ademais, identifica um caminho de desenvolvimento auto-sustentado, de caráter endógeno, ao argumentar que os fatores que contribuem para o processo de acumulação de capital geram economias de escala, externas e internas, reduzem os custos gerais e os custos de transação e favorecem economias de diversidade. A teoria do desenvolvimento endógeno reconhece, portanto, a existência de rendimentos crescentes dos fatores cumulativos e o papel dos atores econômicos, públicos e privados nas decisões de investimento e localização. (VAZQUEZ BARQUERO, 2001, p. 5).

Assim, para Vazquez Barquero (2001), a política econômica local é uma abordagem de baixo para cima em que os atores locais assumem o papel principal na definição, execução e controle. Nesse sentido, os atores locais assumem o papel de tornar o sistema produtivo mais

eficiente, promovendo equidade e bem-estar social, além da possibilidade de escolherem livremente o seu projeto de vida.

Segundo o autor, o desenvolvimento endógeno é uma corrente teórica que não necessariamente entra em conflito com as abordagens convencionais do desenvolvimento. Além disso, os diferentes enfoques do desenvolvimento endógeno são compatíveis e complementares. A sua essência reside na natureza territorial dos processos de crescimento e mudança estrutural que, de um lado, vincula-se aos recursos locais e, de outro, às leis que regulam os processos de crescimento e distribuição de renda.

Para Brandão (2004), a visão exagerada da endogenia não reconhece a complexidade social e coloca, por vezes, toda a força na vontade e iniciativa dos atores sociais de uma determinada localidade, de construir um processo virtuoso de desenvolvimento socioeconômico, como se tivessem autocontrole do seu destino. Além disso, ao replicarem as características exitosas de outros locais, desconsideram as análises das hierarquias, as imposições infligidas pela divisão social do trabalho e as centralidades que limitam algumas dinâmicas locais. Nessas teorias, o território passa a agir como um regulador de relações, capaz de sintetizar e conceber projetos sociais e políticos. “Ou seja, personifica-se, fetichiza-se e reifica-se o território, ao preconizar que o mesmo tenha poder de decisão, desde que dotado do adequado grau de densidade institucional e comunitária” (BRANDÃO, 2004, p. 58).

As abordagens que tratam o desenvolvimento a partir de uma escala local ou regional enfatizam as características e os recursos dos territórios, isto é, as forças endógenas que são mobilizadas através da ação coletiva dos atores em um projeto compartilhado, sem deixar de se articular com o contexto global, visto que é este último quem impõe os desafios a serem enfrentados. Definem o desenvolvimento como um processo empreendedor e inovador, dependente da acumulação de capital e do progresso técnico, ou seja, reforçam a lógica dos mercados capitalistas globais sob pena de estagnação local ou regional, sendo os atores locais responsáveis pelo êxito ou fracasso dos projetos. Essas teorias também defendem a diferença entre crescimento e desenvolvimento, ainda que vinculados, sendo esse último tratado como um conceito amplo e complexo, que engloba os aspectos sociais, ambientais, institucionais, políticos e culturais, apesar do enfoque econômico ser o pano de fundo das propostas.

2.5 TEXTOS QUE TRATAM A RELAÇÃO UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO SEM A EXPLICITAÇÃO DE SUA BASE TEÓRICA

Brito e Jardim (2013), acreditando que a educação é o alicerce para que o desenvolvimento ocorra de maneira sustentável, buscaram identificar a relação existente entre as IES e o desenvolvimento regional do Cariri. Os autores utilizaram a definição de desenvolvimento regional sustentável que defende a utilização dos recursos naturais sem comprometer as gerações futuras, valorizando a cultura regional, a dignidade humana e o meio ambiente, contudo, não fazem referência a nenhuma teoria sobre o tema. O estudo concluiu que a Universidade Regional do Cariri tem contribuído com a sociedade e o meio ambiente através de seus cursos, programas e projetos que fazem valer sua missão de transformar a realidade regional. O projeto Geopark Araripe, concebido pela necessidade de proteção da reserva fossilífera da Bacia do Araripe, é um projeto de geoconservação, geoeducação e desenvolvimento sustentável através do turismo, que valoriza os produtos da natureza e da cultura desse território. É o maior exemplo da ação acadêmica na região, sendo o único geoparque reconhecido pela UNESCO com selo verde. Os autores apontaram que uma IES que contribui para o desenvolvimento regional, seja pela leitura crítica da realidade local, seja pela ação dos atores, é capaz de gerar práticas que viabilizem a valorização do ser e da sociedade.

Segundo **Cogo** (2013), o ensino superior e o desenvolvimento regional são dimensões que se entrelaçam. Para ele, o processo de desenvolvimento regional pode ser fomentado pela instalação de instituições de ensino superior em determinadas localidades. Assim, as ações universitárias demandam intervenções locais através da tríade ensino, pesquisa e extensão, porém, acredita que é a extensão quem garante uma maior proximidade com a comunidade local, “[...] o que, em muitos casos, é o único recurso para municípios pobres e/ou de difícil acesso” (COGO, 2013, p. 10).

Colossi e Bertoldi (2004, p. 1) abordaram as múltiplas dimensões da extensão no desenvolvimento regional na abrangência da Universidade do Contestado – UnC. Para esses autores, a universidade tem o papel de transformar a sociedade aproximando-se do seu entorno, apoiando as lutas e as demandas da comunidade. Para os autores, cabe à universidade estar presente em todos os espaços onde a sociedade se faz presente. Nessa perspectiva, o fortalecimento da atividade de extensão é fundamental para concretizar o projeto institucional universitário. Os programas e projetos acadêmicos abrem espaço para a discussão nos espaços científicos, técnicos, epistemológicos, sociais e políticos. Assim, os autores argumentaram que

a extensão é uma prática acadêmica que possibilita à Universidade do Contestado formar parcerias com a comunidade; produzir conhecimento; unir teoria e prática e, por conseguinte, promover o desenvolvimento regional.

Costa, Barbosa e Costa (2013), ao analisar a expansão das universidades federais brasileiras, avaliaram a importância da implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) no desenvolvimento da Região Oeste do Sul do país. Com esse propósito, utilizaram dados do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e entrevista *in loco* com o primeiro Reitor da UFFS para demonstrar que a sua criação causou impactos positivos, sobretudo para a população local, para a agricultura familiar e para o meio ambiente da região, além de democratizar o acesso ao ensino e possibilitar a permanência dos jovens na região.

Segundo **Farago e Cunha** (2010), as universidades, seja pela alta capacidade de inovação, seja pelo seu quadro interdisciplinar especializado, atuam seguindo o papel da ciência, de promover o bem-estar da sociedade, na medida em que capacitam recursos humanos para pesquisar soluções para os problemas da comunidade a partir de métodos e técnicas específicos. Nesse sentido, os autores buscaram compreender a potencialidade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – campus de Ponta Grossa (UTFPR-PG) na geração de desenvolvimento local a partir de empresas que incorporem inovações produzidas na Universidade, bem como a potencialidade das pesquisas transformarem-se em inovação tecnológica ou organizacional. Os autores constataram que o desenvolvimento local é possível através da implementação da Lei do Bem, uma medida que beneficia empresas que realizam pesquisa em inovação e tecnologia com incentivos fiscais, ou, ainda, pela construção do parque ecotecnológico de Ponta Grossa, que fornece infraestrutura para o recebimento de empresas externas e criação de novas, além de concentrá-las de modo a estreitar a relação empresa e universidade.

Goebel e Miura (2004) apontaram dois aspectos relevantes no papel das universidades enquanto dinamizadoras do processo de desenvolvimento local e regional, são eles: a formação de mão-de-obra qualificada e a difusão do desenvolvimento tecnológico por meio do ensino, da pesquisa e da extensão; e a função de fomentar e dinamizar a economia local através dos serviços de manutenção do meio universitário. Segundo os autores, os resultados econômico-financeiros dos territórios que usufruem de universidades estão relacionados ao “processo de diversificação e qualificação do ensino, às atividades culturais e às demais necessidades inerentes ao meio acadêmico, visto que favorecem o desenvolvimento via processo de aglomeração” (GOEBEL e MIURA, 2004, p. 38). Para comprovar o argumento, os autores

realizaram um estudo no município de Toledo – PR, no qual verificaram um crescimento no número de acadêmicos e de IES instaladas no local, além do aumento de investimentos e circulação de recursos financeiros através dos salários de funcionários e professores, investimentos em obras, equipamentos, despesas de custeio e manutenção das organizações, bem como gastos dos alunos que procedem de outras localidades por meio do suprimento de suas necessidades, como transporte, alimentação, aluguel, vestuário, lazer, material didático e cursos.

Hoff, San Martin e Sopena (2011) avaliaram quantitativamente a contribuição da Universidade Federal do Pampa nos diferentes setores da economia local de Sant’Ana do Livramento. As variáveis escolhidas relacionaram-se com geração de emprego e renda (salários e bolsas de estudo); demanda agregada, através dos gastos gerados por alunos, professores e técnicos (moradia, alimentação, fotocópias, livrarias, etc); e despesas de custeio (água, luz, telefone, gás, etc). Através do estudo, verificaram que a movimentação gerada pelo campus Livramento compreende cerca de 0,41% do PIB anual do município. Além disso, são gastos diretamente cerca de 2 milhões anuais com o fornecimento de água, energia elétrica, telefone, serviços de esgoto e consumo de gás, além dos gastos dos alunos e servidores, que elevam ainda mais o volume de dispêndios existentes, os quais movimentam, não só o setor imobiliário, mas também alimentação, comércio, transportes, lazer, entre outros. Os autores acreditam que, “no longo prazo, a sociedade [...] poderá experimentar avanços em termos de conhecimento e consciência regional, frutos do compromisso social da Universidade” (HOFF, SAN MARTIN e SOPEÑA, 2011, p. 157).

Marchioro et al. (2007) analisaram o processo de implantação da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) como parte das políticas públicas federais de expansão do acesso à educação superior e a importância social da construção dessa Universidade no contexto de estagnação econômica e cultural da região Sul do Rio Grande do Sul. Os autores acreditam que a UNIPAMPA pode ser uma alternativa concreta à situação de estagnação da região, desde que sua estrutura, organização e gestão sejam pautadas por um projeto econômico, social e cultural adequado às necessidades locais. Ademais, a universidade deve ser uma força transformadora idealizada por todos participantes do processo: docentes, discentes e comunidade. Segundo os autores, “é preciso reinventar a universidade e a região, sem perder suas raízes culturais” (MARCHIORO *et al.*, 2007, p. 716). Nesse caso, a estagnação da região justificou a implantação da Universidade, e a reversão desse processo é o objetivo último, sendo o desenvolvimento o elemento transformador dessa realidade que deve ser reinventada.

Novo e Melo (2004), na tentativa de responder qual a participação da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG) no processo de desenvolvimento econômico-social do município do Rio Grande – RS, buscaram conhecer a visão dos seus protagonistas, que reconheceram a Instituição como socialmente responsável, colaborando efetivamente, ao longo de sua trajetória, com o desenvolvimento econômico e social da comunidade rio-grandina por meio de uma série de atividades que interligam ensino, pesquisa e extensão, em função do atendimento das demandas mais urgentes da comunidade. De acordo com os resultados, a FURG está contribuindo com o aperfeiçoando do sistema pesqueiro, uma das atividades mais importantes na região, com a melhoria da qualidade de vida da população, além de oferecer serviços de saúde e formar profissionais na área para atender as demandas da sociedade.

Righi (2012), ao destacar a importância do empreendedorismo para o desenvolvimento regional, buscou identificar ações empreendedoras na criação e ampliação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). De acordo com o autor, a UFSM trouxe investimentos expressivos para o município e atraiu pessoas de diversas partes do país, o que contribuiu para a formação de um polo educacional de referência no interior do Rio Grande do Sul, incentivando a vinda de novas instituições de ensino superior para a cidade. Segundo o autor, a própria criação da Universidade pode ser considerada uma ação empreendedora por ser a primeira instituição pública de ensino superior instalada fora das capitais. Também destacou a importância da UFSM para o desenvolvimento econômico do município, principalmente pelas despesas de pessoal da Universidade que têm impacto direto no crescimento do PIB. O modelo de regressão linear, aplicado no estudo, demonstrou que 88,41% da variação do PIB do município pode ser explicado pela variação das despesas com pessoal da UFSM, sendo que para cada R\$ 1,00 de despesa de pessoal da Universidade o PIB de Santa Maria cresce cerca de R\$ 8,00.

2.6 PRIMEIRA SÍNTESE PARCIAL

A partir da revisão desses trabalhos, que discutem a relação entre universidade e desenvolvimento, é possível perceber uma harmonia nos discursos que atribuem um papel positivo para as universidades, como indutoras, fomentadoras, propulsoras e impulsionadoras do desenvolvimento. Essa instituição é tratada como um ator social imprescindível para o almejado desenvolvimento local e, em alguns casos, até como protagonista desse movimento,

pela alegada capacidade de inserção, intervenção e transformação do território. Dentre as inúmeras competências elencadas, a universidade seria capaz de produzir e transmitir conhecimentos; formar e qualificar a força de trabalho; melhorar a qualidade de vida da população; dinamizar a economia; desenvolver as aptidões territoriais; melhorar a posição competitiva da região; ser um eixo de articulação entre o global e o local; gerar inovação e desenvolvimento tecnológico; incentivar a criação de empresas e novos negócios; atrair investimentos; fomentar o empreendedorismo; formar parcerias entre diferentes instâncias e atores governamentais e sociais; apoiar a formulação de políticas públicas; ser uma alternativa à incapacidade do governo de atender as demandas sociais; elevar a autoestima, encorajar e empoderar as pessoas; gerar sentimento de identidade local; manter os jovens na região; gerar inclusão social etc. Portanto, nessas visões, o local detentor de uma universidade seria um espaço com competências para ser “desenvolvido”. Ademais, entre os tantos atributos elencados, percebe-se a orientação para o crescimento econômico, isto é, para a dinamização do mercado. Sendo assim, devido a centralidade do mercado nessas propostas busco um referencial teórico que permita compreender as ideias que organizam o mercado e que se disseminam, também, para as demais dimensões da vida em sociedade. A leitura e identificação dos referenciais feita neste Capítulo dirigiu essa busca para o tema do Neoliberalismo, objeto do próximo Capítulo.

3 NEOLIBERALISMO

O neoliberalismo é uma prática constitutiva do capitalismo contemporâneo, que se baseia na sujeição e subordinação absoluta ao mercado como meio de produção e reprodução social em sentido amplo, ou seja, representa um amplo projeto sócio-político de longo prazo que perpassa todas as esferas da vida social. Sendo assim, é “[...] uma prática discursiva construída, constituída e realizada por uma dialética específica, contínua e constante entre teoria e práxis” (PUELLO-SOCARRÁS, 2008a, p. 17, tradução nossa).

Para Laval e Dardot (2013, p. 15, tradução nossa), o neoliberalismo é a racionalidade do capitalismo contemporâneo e consiste em “um conjunto dos discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência”. Para os autores, o neoliberalismo é um sistema normativo eficiente que orienta a prática dos governos, empresas e pessoas em um contexto de competição generalizada, no qual todas relações estão sujeitas à lógica do mercado. Segundo eles, o neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é uma racionalidade que tende a estruturar e organizar as políticas e as ações sociais. “A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e a empresa como modelo de subjetivação” (LAVAL e DARDOT, 2013, p. 15, tradução nossa).

Harvey (2005, p. 2), por sua vez, considera o neoliberalismo como sendo

uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio.

Dessa forma, o Estado neoliberal tem o dever de defender a propriedade privada, o regime de direito, o livre mercado, o livre comércio e as liberdades individuais, a partir de um arcabouço legal que protege os contratos livremente negociados, e o faz através do monopólio dos meios de violência para garantir tais liberdades, consideradas um bem fundamental. Além disso, o livre mercado e o livre comércio, ao permitir uma produtividade crescente, elevariam os padrões de vida e eliminariam a pobreza, sendo a “a empresa privada e a iniciativa dos empreendedores [...] as chaves da inovação e da criação de riqueza” (HARVEY, 2007, p. 30).

Harvey (2005, p. 27) trata o neoliberalismo como “[...] potencial antídoto para ameaças à ordem social capitalista e como solução para as mazelas do capitalismo [...]”. Logo, apesar do trabalho estar centrado na obra de Puello-Socarrás (2008a; 2008b; 2013a; 2013b, 2014) para

compreender o neoliberalismo, Harvey nos permite fazer a associação do neoliberalismo com o capitalismo global que é o pano de fundo de análise.

Nos itens que seguem apresento a trajetória evolutiva do pensamento neoliberal e alguns significados e implicações do neoliberalismo relevantes para este trabalho, enfatizando os temas do empreendedorismo, da administração pública gerencial, da inclusão social e do desenvolvimento.

3.1 A TRAJETÓRIA EVOLUTIVA DO PENSAMENTO NEOLIBERAL

Segundo Puello-Socarrás (2013a, p. 5, tradução nossa), a origem do neoliberalismo é marcada pelo surgimento da Sociedade de Mont-Perelin, em 1948: “um conclave intelectual e plataforma ideológica na qual se difundiu o pensamento e as doutrinas neoliberais”. A consolidação dessa doutrina, em nível global, é caracterizada pelo “Consenso de Washington”, em sua versão original, de 1989 (CW-89), e suas sucessivas renovações (Consenso Revisado, Ampliado e Pós-Washington). O Consenso representou um marco de orientações políticas, sendo composto por um conjunto de dez medidas formuladas em 1989 por economistas de instituições financeiras sediadas em Washington (Estados Unidos), como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Ele foi sendo adaptado com o decorrer do tempo às novas conjunturas, o que ocasionou as novas versões (PUELLO-SOCARRÁS, 2013b; PUELLO-SOCARRÁS e GUNTURIZ, 2013).

As medidas propostas pelo CW-89 foram: (1) disciplina fiscal; (2) redução dos gastos públicos; (3) reforma tributária; (4) liberalização financeira; (5) taxa de câmbio competitiva; (6) abertura do mercado interno; (7) eliminação de restrições ao capital externo; (8) privatização; (9) desregulamentação; e (10) direito de propriedade (WILLIANSOM, 2004). Sob alegação de que o CW-89 era voltado para questões macroeconômicas, com um viés economicista, e que seus resultados intensificaram os níveis de pobreza e miséria nos países em desenvolvimento, emergiu um movimento supostamente anti-neoliberal de descontentamento, que contribuiu para a sua revisão pelos próprios órgãos de enunciação, como o BID e o BM. A publicação do livro “El desarrollo económico y social en los umbrales del siglo XXI”, em 1998, pelo BID, incluiu um artigo de John Williamson e inseriu novos temas, como o fortalecimento institucional e a educação. O BM, através do relatório “Más allá del Consenso de Washington:

la hora de la reforma”, alegou que o CW-89 não produziu os resultados esperados depois de mais de uma década de reformas, destacando a necessidade de implantar uma segunda geração de reformas, o “Consenso de Washington Ampliado”. Novamente, em 1998, emergiu o “Consenso Pós-Washington”, segundo o qual a incompletude e equívocos do Consenso original levaram à necessidade de metas mais amplas que visassem o crescimento econômico de longo prazo, o bom desenvolvimento institucional e regulatório do sistema financeiro, a correção das falhas do mercado sob a complementaridade estatal, e uma maior eficiência dos governos, o que, em síntese, garantiria o êxito da economia de mercado. Mais tarde, em 2001, emergiu o “Dissenso de Washington”, através do informe “Políticas económicas para la equidad social en Latinoamérica”, proposto a corrigir, novamente, a pouca importância conferida pelo Consenso original a temas cruciais, como equidade e redução da pobreza (PUELLO-SOCARRÁS e GUNTURIZ, 2013). Ele ofereceu "10 + 1" novas ferramentas de política, em alusão aos 10 princípios do Consenso original: (1) disciplina fiscal baseada em regras; (2) amenizar os efeitos cíclicos de expansão e colapso; (3) redes de segurança ativadas automaticamente; (4) escola para os pobres; (5) taxar os ricos; (6) dar oportunidades às pequenas empresas; (7) fortalecer os direitos dos trabalhadores; (8) lutar contra a discriminação; (9) reparar o mercado de terras; (10) serviços públicos orientados ao consumidor; e (11) reduzir o protecionismo dos países desenvolvidos (BIRDSALL e LA TORRE, 2001). Essas sucessões do Consenso, desde o original em 1989 até o Dissenso em 2001, representaram uma resposta à agenda emergente de reivindicações frente aos seus efeitos nocivos e implicaram em uma série de mudanças em termos de reformas econômicas e políticas. Contudo, muito aquém de revisões críticas, de mudança ou ruptura, todas reproduziam a mesma essência temática necessária para a persistência e renovação do neoliberalismo contemporâneo (PUELLO-SOCARRÁS e GUNTURIZ, 2013).

Puello-Socarrás (2008a) descreve cinco referências básicas na evolução do pensamento neoliberal contemporâneo:

- a) A Escola Neoclássica Anglo-Americana representada pela Escola de Cambridge e Londres e, atualmente, pela Escola de Chicago – Essa é considerada a corrente ortodoxa no interior do neoliberalismo. Entende a economia como a ciência da escassez e do intercâmbio simples, incluindo uma teoria da decisão com um conceito reduzido do econômico e uma noção estreita de racionalidade.
- b) Escola Neoclássica Europeia Continental ou Escola Neoclássica Austríaca, particularmente, a Escola de Viena e as seguintes gerações – Considera a economia como a ciência da ação

humana e dos intercâmbios sociais complexos e interpreta o econômico e a racionalidade como conceitos amplos.

c) O Neoliberalismo Alemão, que envolve o Ordo-liberalismo, a Escola de Economia Social de Mercado (ESM) e as Escolas de Friburgo e Berlim – Essas Escolas defendem uma renovação do liberalismo clássico, isto é, um liberalismo de novo cunho, desconsiderando o *laissez-faire*, e com construção de uma economia organizada (regulada) sem ser dirigida ou planificada. Argumentam, ainda, uma ordem de terceira via, flexível, entre a planificação centralizada e o *laissez-faire*, levando em conta dimensões extraeconômicas. Defendem, também, um modelo de “Estado forte” para a ordem competitiva, conciliando liberdade econômica de mercado com equilíbrio social. Essa vertente marca a transição de uma economia planificada para uma economia de mercado, descentralizada e competitiva, compreendida como de-socialização.

d) As Sínteses Neoclássico-Keynesianas – Harmonizaram os pressupostos neoclássicos com a teoria keynesiana, ainda que isso possa parecer um paradoxo pelas diferenças conceituais, visto que para Keynes existe uma série de obstáculos, principalmente em termos de salários, que impossibilitam um equilíbrio geral, o que seria contrário aos postulados neoclássicos de concorrência perfeita. As sínteses reconhecem as imperfeições dos mercados e admitem uma intervenção estatal em dose mínima e dirigida ao mercado.

e) As Sínteses Austro-americanas e Americano-austríacas – Mesclam elementos das correntes anglo-americanas e austríacas. A síntese americano-austríaca se relaciona com o ressurgimento da escola institucionalista na teoria econômica, no que se conhece por Novo Institucionalismo Econômico (NIE) e, também, com a teoria da Escolha Pública, que preconiza a mercantilização dos bens públicos e na qual público não significa estatal, transferindo elementos da esfera privada para esse setor, como a adoção de métodos gerenciais na administração pública. O objetivo das sínteses é unificar e equilibrar, dentro da mesma base epistêmica, elementos neoclássicos austríacos e americanos, condensando aspectos políticos e institucionais.

O Quadro 2 apresenta os principais autores que marcaram as quatro correntes neoliberais.

Quadro 2 – Escolas e autores neoliberais

(a) Escola Anglo-americana	(b) Escola Austríaca	(c) Escola Alemã / Ordoliberalismo	(d) e (e) Sínteses Neoclássicas
Escola Marginalista w. Jevons F. Edgeworth	Escola de Viena E. von Bohm-Bawerk F. von Wieser L. von Mises J. Schumpeter	Escola de Friburgo W. Eucken w. Ropke F. Bohm	Primeira síntese Neoclássica Keynesiana J. Hicks F. Modigliani L. Robbins
Escola de Londres			

L. Robbins L. Bowley Escola de Cambridge A. Marshall A. Pigou, J. Robinson Escola de Chicago M. Friedman G. Stigler G. Becker J. Buchanan R. Lucas R. Coase R. Fogel R. Posner	F.A. von Hayek O. Morgenstern G. von Haberler F. Machlup P. Rosenstein-Rodan V. Lutz F. Kaufmann A. Schutz	H. Grossman-Doerth A. Lampe L. Miksh K. Maier F. Lutz Economia Social de Mercado A. Muller-Armak	N. Kaldor A. Lerner P. Rosenstein-Rodan F.A. von Hayek J. Tobin P. Samuelson Segunda síntese Neoclássica Keynesiana P. Romer R. Lucas T. Sargent R. Clarida J. Gali M. Gertler M. Woodford Síntese Austro-americana J. Buchanan I. Kirzner M. Rothbard M. Lemholz G. O’driscoll A. Shotter L. Moss Síntese Americana-austríaca R. Coase D. North
--	---	---	---

Fonte: Puello-Socarrás (2008b, p. 33).

Segundo Puello-Socarrás (2008a), um dos conceitos mais marcantes desse trânsito é a mudança do enfoque do *homo economicus* (homem econômico), princípio antropológico da corrente anglo-americana, para o *homo redemptoris* (homem empresário/empreendedor), da corrente austríaca. O homem econômico (puro) foi, por muito tempo, uma categoria predominante que interpretava o ser humano como um agente econômico racional e calculador num cenário de concorrência perfeita. Porém, no final do século XX, emergiu uma reivindicação pelo empreendedorismo para a compreensão da agência humana no mercado.

O homem empresário/empreendedor corresponde a uma exigência epistemológica funcional ao capitalismo avançado, sintetizando categorias necessárias para a ideologia⁴ neoliberal, como a articulação e interdependência entre as realidades econômica, política e social, que não eram consideradas no passado (PUELLO-SOCARRÁS, 2008a; 2008b). O homem empreendedor é, também, um homem econômico, mas não no sentido puro do neoclassicismo anglo-americano. É um empresário de si mesmo, dono de seu próprio capital, que assume os próprios riscos, combina os fatores de produção e explora as possibilidades de inovação. Não é um trabalhador porque não depende da venda da sua força de trabalho, opera numa lógica individualista. No papel de empresário, atua como mediador que inova e propicia novas combinações entre trabalho e capital, posicionando-se como um terceiro fator na dinâmica socioeconômica, na medida que guia a produção social, assumindo o papel de coordenar a divisão social do trabalho através da criação de empresas que interagem com os meios de produção. O empresário/empreendedor assume as incertezas futuras e põe em cheque a concorrência perfeita. Ademais, se diferencia do sujeito capitalista e supõe a superação da dicotomia entre capital e trabalho. Logo, o empresário/empreendedor torna-se a força motriz do sistema de mercado, que deixa de ser um simples local de troca comercial regido pela concorrência perfeita e torna-se um complexo institucional de oportunidades e interações sociais (PUELLO-SOCARRÁS, 2008a; 2008b).

Entretanto, apesar das diferenças teóricas entre o homem econômico e o homem empresário/empreendedor, ambos mantêm os pressupostos basilares do liberalismo contemporâneo através de um consenso amplo que reivindica o individualismo, a propriedade privada e o mercado. Nessa perspectiva, surge esse novo tipo societal que não altera a estrutura de exploração, dominação e opressão, internalizadas em um processo individualizado. A noção de empreenderismo possibilita a criação de uma classe supostamente imparcial, que neutraliza a relação conflitiva entre trabalho e capital, tornando-se uma terceira via, terceiro lugar, terceiro discurso do capitalismo real, o que contribui para a despolitização do Estado, dos indivíduos e dos grupos, bem como para a repolitização do mercado (PUELLO-SOCARRÁS, 2008b).

⁴ Embora o tema da ideologia não seja tomado como foco neste trabalho, é preciso definir o significado quando o termo aparecer. Esse trabalho adota a concepção de ideologia Marxista que, segundo Konder (2000, p. 31) corresponde a “[...] uma construção teórica distorcida, porém ligada a uma situação histórica ensejadora de distorção” que, no pensamento de Marx, é vinculada a alienação (KONDER, 2000, p. 31); e “[...] a expressão da incapacidade de cotejar as ideias com o uso histórico delas, com a sua inserção prática no movimento da sociedade” (KONDER, 2000, p. 40).

Essa trajetória do capitalismo contemporâneo contrapõe o velho neoliberalismo ortodoxo e a sua renovada versão heterodoxa como forma de renovar a hegemonia⁵ capitalista, em torno de quatro pontos centrais: (a) presença estatal; (b) desempenho dos mercados; (c) equilíbrio social; e (d) raízes ideológicas (PUELLO-SOCARRÁS, 2013a). Nesse sentido, longe de desaparecer, o neoliberalismo se transforma, se adapta, se renova, reproduzindo os mesmos valores originais, sob uma nova ordem econômica mundial (PUELLO-SOCARRÁS, 2008b).

Na passagem entre essas correntes de pensamento, o neoliberalismo resulta de um acordo de princípios que fundamenta a construção da sociedade de mercado, cujos problemas e conflitos devem ser resolvidos e tratados pela perspectiva do mercado (PUELLO-SOCARRÁS, 2013a). De acordo com Harvey (2007), o que importa, para o neoliberalismo, é que não sejam impostas restrições à acumulação de capital. Assim, o neoliberalismo se assenta em um consenso que defende o individualismo, a propriedade privada e o mercado, tratados como bens fundamentais que justificam reformas institucionais. Essas reformas, segundo Harvey (2007), provocaram muita destruição ao modificar as estruturas institucionais, a estrutura da força de trabalho, as relações sociais, os modos de viver e pensar o mundo.

3.2 SIGNIFICADOS E IMPLICAÇÕES DE IDEIAS CENTRAIS AO NEOLIBERALISMO

3.2.1 Empreendedorismo

As primeiras menções ao empreendedorismo são atribuídas a Richard Cantillon e Jean-Baptiste Say. Porém, foi Schumpeter (1997) quem deu projeção ao tema, sendo considerado a mais importante referência. Dessa forma, esse trabalho aborda apenas a definição de Schumpeter.

Schumpeter (1997), representante da Escola Neoclássica Austríaca, desenvolveu uma teoria a respeito da importância da inovação e do papel do empresário-empREENDEDOR para o ciclo do desenvolvimento econômico. Para esse autor, produzir significa combinar materiais e forças disponíveis com métodos diferentes, permitindo “novas combinações” descontínuas,

⁵ Puello-Socarrás (2013a, p. 31, tradução nossa) entende a hegemonia neoliberal desde uma perspectiva neogramsciana, como “o processo emergente de lutas e compromissos mediante o qual o significado do neoliberalismo é tanto reexaminado como reafirmado”.

num processo de adaptação que acarreta no desenvolvimento. Assim, o desenvolvimento consiste em empregar recursos distintos de modos distintos, através de mudanças econômicas provindas de dentro, por iniciativas individuais: “[...] é uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente” (SCHUMPETER, 1997, p. 75).

Essas novas combinações, também tratadas como inovação, podem surgir a partir da introdução de um novo bem ou um novo método de produção, da abertura de um novo mercado, da conquista de novas fontes de suprimentos e da criação de novas organizações. O estímulo para a ocorrência de um novo ciclo econômico procede especialmente das inovações, introduzidas pelo que ele chamou de empresário inovador. O empresário inovador é o agente capaz de “[...] levar a cabo [essas] novas combinações”, ao trazer “[...] novos produtos para o mercado por meio de combinações mais eficientes dos fatores de produção, ou pela aplicação prática de alguma invenção ou inovação tecnológica” (SCHUMPETER, 1997, p. 86).

Segundo esse autor, o empresário não possui uma profissão específica nem uma condição duradoura. Não forma uma classe social e sua função mistura-se com outros tipos de atividade. Ademais, seu êxito relaciona-se com a intuição, a visão e a captação do fato essencial. Seu atributo principal é dismantelar a velha tradição, ou seja, propiciar a quebra de paradigmas nas economias de mercado, estabelecendo novos patamares econômicos e tecnológicos nas suas estruturas produtivas.

De acordo com Schumpeter (1961), as inovações ocorrem de forma descontinuada no tempo e dão origem a um processo de “destruição criadora” que revoluciona a economia a partir de dentro, abandonando as velhas estruturas e criando novos elementos.

Essas revoluções não são permanentes, num sentido estrito; ocorrem em explosões discretas, separadas por períodos de calma relativa. O processo, como um todo, no entanto, jamais para, no sentido de que há sempre uma revolução ou absorção dos resultados da revolução, ambos formando o que é conhecido como ciclos econômicos. (SCHUMPETER, 1961, p. 106).

Segundo ele, o processo de destruição criadora é basilar para compreender o sistema capitalista, pois o impulso que o sustenta provém dos novos bens, novos métodos de produção, novos mercados e novas formas de organização criados pela empresa capitalista. Assim, o capitalismo é, em sua essência, um meio de transformação econômica sem padrão estacionário.

De acordo com Swedberg (2007), o empresário referenciado por Schumpeter é um homem de ação, um líder econômico que, para alcançar sucesso, necessita da cooperação de outras pessoas. Contudo, a maioria dos indivíduos adota uma postura estática, amedrontada dos riscos que podem custar sua existência. Assim, a maneira de vencer esse obstáculo é comprando

a força de trabalho desses sujeitos para realizar o novo, geralmente, financiado por crédito bancário. Dessa forma, a força produtiva é deslocada de sua posição inerte, sem que os participantes se deem conta.

Swedberg (2007) alega que o empreendedorismo representa um tipo muito especial de mudança econômica, visto que ele é o eixo do qual tudo depende. O autor também destaca a diferença entre novas combinações tecnológicas e novas combinações econômicas, na medida que as inovações schumpeterianas só se efetivam se gerarem lucro. Ademais, a exigência de lucro elimina muitas combinações possíveis e, não havendo lucro, não há empreendedorismo.

Dessa forma, para Schumpeter (1997), o empresário/empreendedor é o responsável por realizar as novas combinações que resultam em inovação e, conseqüentemente, em lucro e desenvolvimento econômico em uma relação direta, visto que “[...] sem o desenvolvimento não há nenhum lucro, sem o lucro nenhum desenvolvimento. Para o sistema capitalista deve ser acrescentado, ainda, que sem lucro não haveria nenhuma acumulação de riqueza” (SCHUMPETER, 1997, p. 150).

Logo, muito além de um trabalhador autônomo, independente, gestor da própria vida, o empreendedor é um escravo do lucro. Sendo assim, o peso do desenvolvimento cai em cima dessa figura que passa a ser a força motriz do mercado, a terceira via como designou Puello-Socarrás (2008b), ou ainda, uma alternativa viável para consolidar a individualização que pauta o ideário neoliberal, na medida em que transforma o risco suscitado pela insegurança social em um espaço de oportunidades disponíveis para exercitar o espírito competitivo daqueles capazes de empreender.

Para Laval e Dardot (2013), a estratégia neoliberal incide em criar o maior número possível de situações de mercado, ou ainda, introduz dispositivos de mercado e incentivos mercantis para tornar os indivíduos ativos, isto é, incentiva-os a cuidarem de si, a assumirem os próprios riscos, em uma lógica individualista, dado que é exigido um cálculo de interesse particular para obter êxito em um cenário onde a acumulação rege a existência. O mercado passa a ser a única regra do jogo e a empresa a forma genérica no interior do corpo social, fazendo com que os indivíduos se compreendam como empresários de si mesmos. Segundo esses autores, toda atividade se torna empresarial porque nada mais é dado, tudo deve ser conquistado e defendido constantemente. A referência da ação pública já não é o sujeito de direitos, e sim um ator empreendedor que firma contratos privados com outros atores/empreendedores/empresas, o que acarreta a substituição do contrato de trabalho salarial por uma relação contratual entre empresas.

Isso contribui, portanto, para a desregulamentação do mercado de trabalho, das relações trabalhistas, para o enfraquecimento do poder político e de negociação das representações da classe trabalhadora e, principalmente, para a redução do peso relativo dos assalariados, em detrimento do crescimento da informalidade, mesmo sob uma roupagem formalizada como ocorre com o Micro Empreendedor Individual (MEI). Contribui, também, para a maior fragmentação da classe trabalhadora, que se torna mais frágil e heterogênea, com menor poder de negociação, além de colocar-se em posições opostas e rivais na medida que os ditos empreendedores, por assumirem os riscos e incerteza do mercado, enfraquecem os direitos sociais e a estabilidade dos trabalhadores assalariados. Além disso, como se verá na sequência, o empreendedorismo também se expressa na reorganização e prática da administração pública.

3.2.2 Administração Pública Gerencial

Um dos impactos do neoliberalismo contemporâneo é a transformação da administração pública através de reformas do aparelho de Estado que visam incorporar ferramentas gerenciais da esfera empresarial nos assuntos públicos, construindo uma governança neoliberal (empreendedora) e colocando o mercado como núcleo da produção social (PUELLO-SOCARRÁS, 2008a).

Nessa perspectiva, o público é desvinculado do estatal, formando um espaço público-privado ou público não-estatal essencialmente mercantil, isto é, “um *locus* natural do empreendimento”, o que possibilita a formação de uma “terceira via” ou um “quase governo” na implementação de políticas públicas nacionais, a fim de superar a polaridade entre Estado e mercado, atuando agora como dimensões compatíveis e complementares (PUELLO-SOCARRÁS, 2008a, p. 23, tradução nossa).

Segundo um dos seus disseminadores no contexto brasileiro, Bresser Pereira (2001), o surgimento de uma administração pública burocrática em detrimento das formas patrimonialistas de administrar o Estado, no século XIX, trouxe um grande progresso. A administração burocrática moderna racional-legal, inspirada nos pressupostos de Weber, foi adotada para substituir a administração patrimonialista, marcada pelas monarquias absolutas, na qual não havia separação entre o patrimônio público e o privado, sendo o Estado propriedade do rei (BRESSER PEREIRA, 1996). Contudo, no século XX, com a ampliação do papel social

e econômico do Estado, a burocracia – o controle hierárquico e formalista sobre os procedimentos – passou a ser incompatível com o capitalismo contemporâneo pelo argumento de ser lenta, cara e ineficiente (BRESSER PEREIRA, 2001).

O movimento gerencialista, nos anos 1980 e 1990, formulou um discurso de crítica às organizações burocráticas, do qual Peter Drucker foi um dos precursores, e o gerencialismo passou a representar as necessidades das empresas, das instituições e dos governos. Nesse sentido, valores, símbolos, linguagem e crenças do mundo dos negócios invadiram a esfera social (PAES DE PAULA, 2005). De acordo com Drucker (1975), a administração de empresas deve ser o ponto central, a pedra angular da nossa época, visto que representa o maior êxito do século. Segundo ele, poucas vezes na história, uma instituição foi tão indispensável, com tão pouca oposição e controvérsia, superando barreiras de raça, credo, língua, tradições, tomando conta do planeta inteiro. Assim, o autor argumenta que, na atual sociedade, “a administração [de empresas] – suas funções, suas responsabilidades, suas práticas – é primordial: quer como necessidade, como contribuição básica ou como matéria de ensino e conhecimento” (DRUCKER, 1975, p. 11).

Na década de 1970, foi iniciado um processo de adaptação e transferência dos conhecimentos gerenciais desenvolvidos no setor privado para o setor público, especialmente no Reino Unido e nos Estados Unidos. Esse processo se tornou preponderante nos anos 1980 com a emergência da *New Public Management* (NPM) ou Nova Administração Pública (NAP), denominada, no contexto brasileiro, de Administração Pública Gerencial (PAES DE PAULA, 2005).

A abordagem gerencial, também conhecida como a “nova administração pública”, parte do reconhecimento de que os Estados democráticos contemporâneos não são simples instrumentos para garantir a propriedade e os contratos, mas formulam e implementam políticas públicas estratégicas para suas respectivas sociedades tanto na área social quanto na científica e tecnológica. E para isso é necessário que o Estado utilize práticas gerenciais modernas, sem perder de vista sua função eminentemente pública. “Gerenciar” difere de “Controlar” quase da mesma forma que “fazer acontecer” difere de “evitar acontecer”. Essa perspectiva, desenvolvida na administração das empresas, é também válida para as organizações públicas. Não se trata, porém, da simples importação de modelos idealizados do mundo empresarial, e sim do reconhecimento de que as novas funções do Estado em um mundo globalizado exigem novas competências, novas estratégias administrativas e novas instituições. (BRESSER PEREIRA, 2006, p. 7).

Para Bresser Pereira (2001), a administração pública gerencial é definida por alguns princípios básicos: orientação para o cidadão, orientação para resultados, confiança nos servidores públicos, descentralização, incentivo à criatividade e à inovação, e gestão por contratos. Segundo ele, a diferença entre a administração pública burocrática e a administração

pública gerencial é que a primeira se concentra nos processos e a segunda se orienta para os resultados.

De acordo com Ferlie *et al.* (1999), não é possível ter uma definição clara e unânime sobre o que a NAP realmente é ou deveria ser, destacando quatro modelos que, em conjunto, representam o que entendem por NAP, apresentados a seguir.

Modelo 1 – Impulso para a eficiência – Primeiro a surgir, representou o esforço de assemelhar o setor público ao setor privado, sendo conduzido por noções incipientes de eficiência. Incentivou grandes reformas institucionais, através do aumento dos controles financeiros; administração hierarquizada; transparência, padronização e auditoria; orientação para o mercado e para o cliente; desregulamentação do mercado de trabalho; redução do poder de auto-regulamentação das profissões; delegação de um certo grau de poder para diminuir a burocratização; novas formas de governabilidade corporativa.

Modelo 2 – Downsizing e Descentralização – Ênfase na mentalidade voltada para o mercado e paramercados. Compreendeu uma mudança da gestão hierárquica para gestão por contrato; *delaying* e *downsizing*, com estruturas organizacionais mais horizontalizadas e redução de pessoal; ênfase em redes, alianças estratégicas; sistema mais flexíveis.

Modelo 3 – Em busca da excelência – Ênfase na importância da cultura organizacional. Enfatiza o papel dos valores, ritos e símbolos como forma de moldar o comportamento das pessoas no trabalho.

Modelo 4 – Orientação para o serviço público – Preocupação com a qualidade do serviço; abordagem voltada para o valor; reflexo das preocupações do usuário; ênfase no desenvolvimento da aprendizagem social; ênfase na garantia da participação e responsabilidade.

Como consequência desse movimento, as principais medidas adotadas pelos governos foram: “[...] a descentralização do Estado; a privatização das estatais; a terceirização dos serviços públicos; a regulação estatal das atividades públicas conduzidas pelo setor privado; e o uso de ferramentas gerenciais advindas do setor privado” (PAES DE PAULA, 2005, p. 31).

Com relação a algumas dessas medidas, Harvey (2007, p. 19) esclarece que

a corporatização, a comoditização e a privatização de ativos até agora públicos são traços marcantes do projeto neoliberal. Seu objetivo primeiro foi criar novos campos para a acumulação de capital em domínios até agora considerados fora dos limites do cálculo de lucratividade. Serviços públicos de todos os tipos (habitação popular, educação, saúde pública, previdência social), instituições públicas (como universidades, centros de pesquisa, prisões) [...] foram todos privatizados em algum nível, em todo o mundo capitalista.

Nos anos 1990, o gerencialismo e a cultura do *management* se disseminaram, também, sob a influência do movimento “Reinventando o Governo”, a partir do trabalho de David Osborne e Ted Gaebler, que formularam 10 princípios a serem seguidos por um governo empreendedor (PAES DE PAULA, 2005). Esses autores alegam a falência da organização burocrática e a exigência por instituições flexíveis, adaptáveis, produtivas e voltadas para a qualidade, capazes de implementar mudanças com eficiência, eficácia e efetividade (OSBORNE e GLABER, 1992). A esse respeito, Paes de Paula (2005, p. 41-42) esclarece que

A cultura do management é definida como um conjunto de pressupostos compartilhados pelas empresas: a crença numa sociedade de mercado livre; a visão do indivíduo como auto empreendedor; o culto da excelência como forma de aperfeiçoamento individual e coletivo; o culto de símbolos e figuras emblemáticas, como “palavras de efeito” (inovação, sucesso, excelência) e “gerentes heróis” e; a crença em tecnologias gerenciais que permitem racionalizar as atividades organizacionais grupais.

Os princípios propostos por Osborne e Glaber prescrevem: um governo catalisador, que navega ao invés de remar mediante a articulação de parcerias, atuando como promotor e coordenador, e não mais provedor direto; um governo que pertence à comunidade, proporcionando maior participação da sociedade, dando responsabilidade ao cidadão ao invés de servi-lo; um governo competitivo que introduz a competição na prestação de serviços, com o conseqüente aumento da eficiência, melhora da qualidade do atendimento, além de encorajar a inovação e o engajamento dos servidores públicos; um governo orientado por missões, porque a missão permite vislumbrar estratégias e ajuda a tornar as organizações mais eficientes do que aquelas que se orientam por normas e regras; um governo orientado para resultados, financiando resultados e não recursos, o que permite medir, avaliar e recompensar o desempenho; um governo voltado para os clientes, atendendo às necessidades destes e não da burocracia; um governo empreendedor, gerando receitas ao invés de despesas; um governo preventivo, que se antecipa antes que os problemas aconteçam; um governo descentralizador, que delega autoridade para a tomada de decisões, propiciando rapidez e agilidade; um governo orientado para o mercado, que usa mecanismos do mercado para ofertar serviços públicos (OSBORNE e GAEBLER, 1992).

Esse tipo de governo seria inspirado no cidadão como cliente, como julgador do próprio bem-estar e do que é melhor para si. Nessa abordagem, o Governo tem sua ação limitada, ficando isento de suas obrigações, na medida que a iniciativa individual assume a própria responsabilidade e o mercado passa a ser a fonte de seus direitos, mediante uma situação de competitividade assegurada pelo Estado. Assim, a dimensão pública passa a ser “[...] desestatizada, mercantilizada e coordenada hegemonicamente pelo mercado, que irá ditar os

padrões das organizações e as regras de funcionamento social com a subsunção do Estado” (PUELLO-SOCARRÁS, 2008a, p. 114, tradução nossa).

Para Paes de Paula (2005), o enfoque Reinventando o Governo não abarca a complexidade da gestão pública, dado que mantém a separação entre administração e política, além de enfatizar a eficiência em detrimento de aspectos sociopolíticos. Ademais, contribui para legitimar os princípios da NAP, que defende o setor privado como mais eficiente e, por conseguinte, superior na proposição de soluções administrativas. Assim, ao voltar-se para as soluções técnicas, enfatiza mais os aspectos instrumentais da gestão do que os sociopolíticos.

Devido ao discurso de eficiência, a NAP ganhou legitimidade e se difundiu com facilidade. De acordo com Paes de Paula (2005, p. 94), esse discurso atribuiu um caráter neutro às práticas de administração e reforma, tornando a NAP “assimilável pelos mais diversos governos, independentemente de sua orientação política e ideológica”. Ela também comenta que a NAP, ao manter a dicotomia entre política e administração, constrói uma estratégia administrativa que consolida a lógica centralizadora das relações de poder e limita o acesso dos cidadãos ao processo decisório. “Este ideário também tende a posicionar o governo apenas como mais uma parte do processo gerencial, cujos limites não costumam ser morais, mas contratuais” Além disso, visto que o setor privado se orienta por resultados, a democratização e o interesse público cedem espaço para a eficiência técnica. Ou seja, o Estado gerencial defende a boa administração, mas não reúne esforços para superar as contradições e os conflitos sociais, o que acarreta um distanciamento do Estado dos problemas políticos (PAES DE PAULA, 2005, p. 98)

No Brasil, as propostas gerencialistas, mais especificamente da NAP, foram adaptadas e implementadas durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1999). De acordo com Bresser Pereira (2001), em função da crise do Estado dos anos 1980 e dos efeitos da globalização, se tornou imprescindível a redefinição das funções do Estado e da sua burocracia. Segundo ele, tal crise representava a incompetência do Estado em coordenar o sistema econômico de forma complementar ao mercado, o que concorreu para sua reforma e reconstrução, ou em termos analíticos, para um ajuste estrutural, fiscal, orientado para o mercado. Dessa forma, a transformação de uma administração pública burocrática em uma administração gerencial passou a ser uma questão nacional. Para o autor, era necessário qualificar o Estado com novos meios de intervenção, com maior foco na competição, isto é, “ter uma administração pública moderna e eficiente, compatível com o capitalismo competitivo” (BRESSER PEREIRA, 2001, p. 4). Segundo Bresser Pereira (1996), antes da integração mundial dos mercados e dos sistemas produtivos, era possível manter estratégias

protecionistas, contudo, nos novos tempos, seu papel deve ser o de facilitar a inserção do país na competição internacional. Bresser Pereira (2001) demonstra a crença de que os principais problemas da administração pública são técnicos e define a crise como sendo do Estado, ocultando a crise do próprio sistema capitalista. Ele realiza, dessa maneira, a incorporação do ideário da NAP para a realidade brasileira.

Essas reformas administrativas sofreram influência das políticas internacionais do Consenso de Washington e seus sucedâneos, que defendiam a adoção de uma estrutura gerencialista, orientada para o mercado, como a melhor forma de promover o desenvolvimento. Essas reformas justificaram-se pelo aumento da pressão externa para a internacionalização do mercado brasileiro e pelas disputas políticas das elites tecnocratas para manter seus status de poder, e foram realizadas a partir da criação do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), sob a gestão do ministro Bresser Pereira em 1995, com a implementação da Reforma Gerencial do Aparelho Estado, que tinha o intuito de promover uma “verdadeira revolução” na administração pública brasileira e modernizar a estrutura das organizações do Estado (IMASATO, MARTINS e PIERANTI, 2011).

Ao analisarem as implicações administrativas, sociais e políticas de três reformas administrativas implementadas nos estados do Maranhão, Minas Gerais e Santa Catarina, baseadas no gerencialismo global e na NAP, Imasato, Martins e Pieranti (2011) encontraram que, apesar das diferenças entre os três casos, as reformas alcançaram mudanças modestas, sendo consideradas um mecanismo para manter o *status quo*, ou seja, o gerencialismo como um elemento chave para manter as posições de poder. Além disso, a difusão do gerencialismo nas organizações públicas permitiu a criação de um ambiente acessível e pouco contestado para a adoção de políticas mais liberais nas práticas regionais. Para Paes de Paula (2005), a incorporação da vertente gerencial contribuiu para a reprodução do velho autoritarismo que permeia a história político-administrativa do país. Nesse cenário, a administração de empresas passou a ter um papel estratégico ao se tornar um campo dominante na produção do conhecimento, mantendo a administração pública subordinada aos seus princípios e recomendações, mediante uma aceitação inquestionável.

Assim, a cultura do *management* e o empreendedorismo, de pressupostos neoliberais, migraram para outros domínios como o governo. Através da NAP e do enfoque Reinventando o Governo, estratégias públicas e privadas se confundem em um contexto de globalização neoliberal. O governo se despolitiza e se distancia do cidadão, operando sob a lógica individualista que impera no neoliberalismo. Além disso, o Estado segue as prescrições gerencialistas e, dessa forma, estabelece suas estratégias mimetizando de forma irrefletida as

práticas dos países centrais, sob a égide do discurso do sucesso, o que enfraquece a visão macroeconômica e contribui para a dependência⁶ renovada.

3.2.3 Inclusão social e Neoliberalismo

Como já foi destacado, o neoliberalismo consiste na etapa capitalista que mais aprofunda e intensifica “[...] as lógicas e contradições inerentes à reprodução e acumulação incessante do capital”, como “[...] a exploração econômica, a dominação política, a opressão social e a alienação ideológica” (PUELLO-SOCARRÁS, 2013a, p. 4, tradução nossa). Visualiza-se nesse período uma mercantilização da vida humana, com a desumanização do homem, no denominado capitalismo selvagem (PUELLO-SOCARRÁS, 2014).

Segundo Puello-Socarrás (2013a, p. 5, tradução nossa), “[...] desde a década de 1970, o neoliberalismo representa a estratégia ofensiva do capital (contra o trabalho) e a reação, saída ou solução, diante da crise estrutural global do capitalismo tardio”. Frente ao desprestígio mundial e à conseqüente crise ideológica e epistêmica, o neoliberalismo passou a encobrir a sua própria natureza, criando uma versão de novo cunho, sem mudar os seus princípios fundamentais.

A partir da década de 1990, temas como miséria, pobreza e exclusão social passaram a ser pauta do neoliberalismo contemporâneo frente às resistências sociais antineoliberais que ameaçavam desestabilizar a continuidade do seu projeto hegemônico. Nesse cenário, o aprofundamento das suas contradições promoveu, através de ações estatais regulatórias e oportunistas, uma série de estratégias socioeconômicas para amenizar seus efeitos perversos, que acabaram por reconfigurar o sistema de mercado, principalmente nos países considerados em desenvolvimento (PUELLO-SOCARRÁS e GUNTURIZ, 2013).

O neoliberalismo precisou, portanto, se adequar à conjuntura e buscar novas estratégias frente à intensificação das resistências sociais contra-hegemônicas, adotando novas políticas e práticas, novas medidas e repertórios, para manter sua posição de poder (PUELLO-SOCARRÁS, 20013b; PUELLO-SOCARRÁS e GUNTURIZ, 2013).

⁶ Sendo desenvolvimento indissociável de dependência, esta é entendida como uma “relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”. Portanto, “a consequência da dependência não pode ser nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe, necessariamente, a supressão das relações de produção nela envolvida” (MARINI, 2005, p. 141).

Desde que o contrato de trabalho é a base da ordem social na sociedade capitalista, a persistência do desemprego e o conseqüente crescimento da sua precarização causam problemas de controle social que não podem ser geridos via uma estratégia política de pleno emprego. Logo, como já foi dito, a nova estratégia funda-se no discurso que privilegia o “eu” como empreendedor de si mesmo, ou seja, responsável pela sua participação no sistema produtivo. Nessa lógica, o contrato de trabalho é internalizado no eu, bem como o papel de proteção do Estado e os riscos da atividade. Isso concorre para uma despolitização dos indivíduos e do poder estatal (PUELLO-SOCARRÁS, 2008b).

Assim, a flexibilização do trabalho é acompanhada por uma subjetividade de inclusão, coesão e integração social que, além de contribuir para o crescimento do número de trabalhadores por conta própria, mascara os indicadores da precarização social através de um discurso que estimula o autoemprego e a iniciativa empreendedora. Essas categorias de trabalho são contabilizadas como economicamente ativas, independente da sua qualidade e estabilidade, com o fim de encobrir os números e a realidade, bem como a opinião pública (PUELLO-SOCARRÁS, 2008a). Segundo Harvey (2007), “a flexibilidade se torna o mantra dos mercados de trabalho”. Ou seja, o capital se apropria da flexibilidade como forma oportunista de alcançar novas formas de acumulação, que, como resultado, reduz salários, aumenta a insegurança com a perda de benefícios e da proteção ao trabalho.

Ganha destaque, nesse contexto, a valorização e o protagonismo das Organizações Não Governamentais (ONGs), também designadas de terceiro setor que, apesar da suposta orientação solidária, contribuem para desestruturar o campo estatal em relação aos direitos sociais e diminuir os obstáculos da acumulação capitalista. Essas práticas e discursos se incorporam nas políticas públicas, que adotam uma postura de mercado, enfraquecendo as resistências e as forças opositoras, transformando a realidade. Nesse sentido, as relações de produção capitalista se estendem por setores sociais antes considerados não mercantis (PUELLO-SOCARRÁS, 2008a).

Nesse contexto, com a intenção de recompor seu dimensionamento, o neoliberalismo adotou o tema da inclusão social⁷ como destaque nos debates recentes. Ou seja, a dinâmica

⁷ De acordo com Euzebey (2002, p. 108), o conceito de inclusão social tende a substituir o de pobreza [e] define mais precisamente o aspecto multidimensional do fenômeno: no sentido de acumulação das deficiências sócio-econômicas em matéria de recursos, de emprego, de saúde, de moradia de formação e de poder; [...] (PAIVA, 2006). Segundo Burity (2006, p. 47), no neoliberalismo, a inclusão foi pensada como “chave econômica” por grande parte dos atores políticos, como forma de combater a pobreza, o desemprego, as relações de trabalho desiguais, a fim de promover crescimento econômico sob a pretensão do igualdade de oportunidades, através do

capitalista, “[...] produção e reprodução constante das desigualdades sociais, via exploração econômica, reforçada com a dominação política e opressão social em suas diferentes versões”, tenta conter a exacerbação dos próprios limites e garantir a sua continuidade através de novas fórmulas como a inclusão social. Assim, a inclusão social submete-se à lógica econômica de mercado como meio de organização social, com apoio do poder estatal através de políticas compensatórias mínimas (PUELLO-SOCARRÁS, 2014, p. 102, tradução nossa).

Um exemplo disso são os denominados Programas de Transferência Monetária Condicionada (PTMC), aplicados para “corrigir” alguns efeitos adversos da política de mercado, além de ser um suposto instrumento na luta contra a pobreza. Os programas de TMC representam uma nova forma de contrato social entre o Estado e os beneficiários, na medida que condicionam esses últimos com alguma responsabilidade, ganhando maior legitimidade e aceitação da opinião pública, desvelando o caráter paternalista com a suposta promoção de oportunidades sociais. Esses programas assumem um papel mais estratégico do que conjuntural, visto que privatizam os direitos sociais (PUELLO-SOCARRÁS e GUNTURIZ, 2013).

No Brasil, o Programa Social de Combate à Pobreza, Programa Bolsa Família, é um exemplo, na medida que “[...] opera como mecanismo complementar à superexploração do trabalho e insere-se, assim, no processo de reprodução ampliada da dependência”. Apesar do Brasil se situar entre as 20 maiores economias do mundo e de reivindicar o fim da pobreza extrema por meio de programas sociais de transferência condicionada de renda, o que ocorreu foi o aumento dos níveis de riqueza do capital global nacional em detrimento da precarização das condições de vida da população (DORNELAS CAMARA, 2014, p. 10).

Segundo Dornelas Camara (2014, p. 191), o Programa de Combate à Pobreza no Brasil atua como um instrumento complementar à superexploração do trabalho visto que “[...] qualifica o trabalhador-vivo para sua inserção no mercado de trabalho, divulga uma moral individualista de empregabilidade e oferece um benefício monetário que é complementar à remuneração insuficiente do trabalhador superexplorado”. Esse terceiro desdobramento do Programa incorre no aumento de empregos precários, marcados pelo subemprego, além de colaborar para a sustentação de um exército de reserva, forçando a queda nos valores dos salários. Como consequência, tem-se uma mão-de-obra excedente, uma precariedade laboral e uma situação de concorrência entre trabalhadores empregados e desempregados, no que o autor

reconhecimento da pluralidade e das diferenças como parte das situações de exclusão e das soluções para elas, sem ameaçar a ordem vigente, contribuindo, assim, para uma visão homogeneizante e despolitizada da sociedade.

denominou de franjas sociais. Ou seja, nesse exemplo de uma política denominada de inclusão social se encontram os nexos definidores do neoliberalismo.

Com relação ao tema de inclusão social, o neoliberalismo sofreu influência do enfoque das capacidades proposto por Amartya Sen (2000), que defende a expansão das liberdades individuais através da ampliação de oportunidades econômicas, sociais e políticas, principalmente, para os mais pobres, reafirmando o predomínio do mercado como espaço de realização das escolhas e do exercício da liberdade.

Percebe-se, portanto, a capacidade do neoliberalismo de auto-renovação e do convencimento da opinião pública diante da crise estrutural e de longo prazo do sistema capitalista (PUELLO-SOCARRÁS, 2014), incluindo formas de se adaptar e amenizar as resistências, fortalecendo a supremacia do mercado. Assim, é possível reafirmar que o neoliberalismo, além de um projeto político econômico baseado na propriedade privada e no livre comércio, é um regime de organização social e de produção de formas de vida.

3.2.4 O discurso do desenvolvimento no Neoliberalismo

O neoliberalismo é um projeto político econômico e de organização social que se expressa através de uma lógica de acumulação comumente chamada de desenvolvimento. Esse discurso dominante é proferido, principalmente, aos países que necessitariam se desenvolver nos moldes dos considerados desenvolvidos. Desse propósito decorre uma vasta gama de políticas públicas (econômicas, sociais etc.) orientadas ao mercado, que agem por meio da terceira via proposta para o Estado, espaço público-privado não estatal, de onde emergem versões neo-extrativistas e neo-desenvolvimentistas nos países periféricos (PUELLO-SOCARRÁS, 2013a). A noção de desenvolvimento constitui uma ideia guia do neoliberalismo, uma referência que permite concretizar seu projeto. Sob essa ótica, os países considerados em desenvolvimento deveriam seguir um processo evolutivo linear nos moldes dos denominados países desenvolvidos para atingir o progresso. Contudo, por trás do seu conteúdo libertador e emancipador, essa noção esconde sua natureza essencialmente colonialista (PUELLO-SOCARRÁS, 2015).

As transformações do neoliberalismo, de um enfoque estritamente econômico de regulação do mercado, para um enfoque flexível com um Estado forte agindo através de intervenções direcionadas, também impactaram os discursos sobre o desenvolvimento, visto

que a linearidade, a homogeneidade e o determinismo desse processo foram contrariados pela permanência e aprofundamento das desigualdades entre os países centrais e periféricos, com a emergência do conceito de subdesenvolvimento. Ambos são conceitos eminentemente neoliberais, complementares e interdependentes que reforçam, de forma positiva e negativa, o princípio base do capitalismo histórico, o lema do progresso (PUELLO-SOCARRÁS, 2013a).

De acordo com Puello-Socarrás (2015), a ideia de desenvolvimento tem enorme influência sobre a transformação da sociedade, se traduzindo em uma dominação complexa e ampla. A proposta neoliberal pressupõe que os países em desenvolvimento devem se especializar na produção tradicional agrícola orientada para a exportação sob o livre comércio internacional, sem desafiar sua posição na divisão internacional do trabalho, estando, assim, vinculados aos interesses dos países centrais, de acesso aos produtos primários e evitar a concorrência de seus produtos industrializados (PLEHWE, 2009 *apud* PUELLO-SOCARRÁS, 2013a).

Segundo Harvey (2005, p. 123),

Estados desenvolvimentistas se compatibilizam com a neoliberalização na medida em que facilitam a competição entre empresas, corporações e entidades territoriais, aceitam as regras do livre comércio e recorrem a mercados de exportação abertos. Mas são ativamente intervencionistas na criação das infraestruturas necessárias ao clima de negócios favorável. Assim, a neoliberalização abre possibilidades para que eles melhorem sua posição na competição internacional mediante a criação de novas estruturas de intervenção do estado. Contudo, ao mesmo tempo, a neoliberalização cria condições para a formação de classes, e a medida que esse poder de classe aumenta também aumenta a tendência de essa classe buscar liberar-se do poder de estado e reorienta-lo em termos neoliberais. Estados desenvolvimentistas, por razões bem distintas, se apoiam no setor público e no planejamento estatal em estreita associação com o capital doméstico e corporativo (em geral estrangeiro e multinacional) para promover a acumulação do capital e o crescimento econômico.

Segundo Faé (2009, p. 16), “o desenvolvimento emergiu como discurso, ou seja, como recurso estratégico com papel de difusão e articulação de ideias e práticas que se ligaram à estabilização e disseminação global da lógica do mercado”. O crescimento econômico foi considerado o norte condutor, e as melhorias sociais e a redução das disparidades de renda seriam decorrência do desempenho econômico. As decorrentes práticas serviram de argumento para justificar as diferenças em relação à qualidade de vida e renda das populações dos países considerados em desenvolvimento. Nesse sentido, a definição de desenvolvimento equivale a de crescimento econômico nos moldes da acumulação capitalista. Portanto, é com base no econômico e, conseqüentemente, no mercado, que se alcançaria o triunfo do desenvolvimento, isto é, o lugar onde todos almejam chegar. Assim, o discurso do desenvolvimento é naturalmente parte da estratégia legitimadora do projeto neoliberal, com seu sentido positivo e inquestionavelmente necessário.

3.3 SEGUNDA SÍNTESE PARCIAL

Como foi possível observar, os fundamentos neoliberais perpassam todas as esferas da sociedade graças a sua legitimidade e constante readequação face às críticas e às resistências decorrentes de seus efeitos nocivos. Nesse sentido, como destacou Puello-Socarrás (2008b), longe de desaparecer, o neoliberalismo se transforma, se adapta, se renova, reproduzindo seus valores sob diferentes roupagens. A consagração do neoliberalismo é fruto dessa capacidade de auto-renovação e de migrar para todos os espaços onde ainda é possível mercantilizar as relações sociais.

Segundo Harvey (2005), os ideais políticos dos direitos individuais e da liberdade, vendidos como valores centrais da civilização, serviram como um aparato conceitual naturalizado com enorme poder de atração e força de mudança. “O neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo” (HARVEY, 2005, p. 5).

Harvey (2007) também coloca que o neoliberalismo se espalhou pelo mundo como uma poderosa arma de reforma institucional e ajustamento discursivo, tornando-se o padrão de regulação global, do qual ninguém sai imune. De acordo com esse autor, esse ideário, defensor do sacrossanto direito de propriedade e lucro, representa um instrumento de recuperação do poder de classe: “Embora bem disfarçada, nós convivemos com a completa criação de uma sofisticada luta de classes por parte dos estratos superiores na sociedade para restaurar ou [...] para construir um poder de classe incontestável” (HARVEY, 2007, p. 26). Para Puello-Socarrás (2015), o neoliberalismo também tem um caráter de projeto político-econômico de classe, que, embora seja reconhecido no senso comum como “desenvolvimento”, promove a acumulação e a desigualdade por meio da estratégia baseada na subordinação completa ao mercado.

Como expõe Harvey (2007), o neoliberalismo provocou muita destruição, o que exigiu sua constante justificação, legitimação e mudança. Assim, o neoliberalismo, muito além de um projeto político econômico baseado na propriedade privada e no livre comércio, é um regime de organização social e produção de formas de vida.

A criação desse sistema neoliberal implicou obviamente muita destruição, não somente para as estruturas e poderes institucionais (como a suposta existência prévia de uma soberania estatal sobre os assuntos político-econômicos), mas também sobre as relações estruturais da força de trabalho, relações sociais, políticas de bem-estar social, arranjos tecnológicos, modos de vida, pertencimento à terra, hábitos afetivos, modos de pensar e outros mais. (HARVEY, 2007, p. 3).

Por fim, se no neoliberalismo o mercado é o que rege todas as relações sociais, aonde não houver mercados (em áreas como educação, saúde, previdência social ou poluição ambiental) eles devem ser criados pelo Estado (HARVEY, 2007). Portanto, não há esfera que não se submeta a ele. Dessa forma, argumentarei, nesse trabalho, que os estudos sobre universidade e desenvolvimento são influenciados pelo ideário neoliberal e tratam, predominantemente, a universidade como mais um ente no e do mercado.

4 ANÁLISE DOS TRABALHOS SOBRE UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO À LUZ DO IDEÁRIO NEOLIBERAL

O tema da relação entre universidade e desenvolvimento me acompanha desde a seleção para o Mestrado, e essa Dissertação é uma espécie de acerto de contas para o processo de ruptura com o senso comum que descrevi na Introdução. Assim, busco, nesse Capítulo, desenvolver o raciocínio que permitiu descortinar o véu, ao mesmo tempo em que me proponho a fazer um texto analítico, busco demonstrar ao leitor como fui tirando a minha máscara e rompendo com as aparências do fenômeno. Reproduzo a estrutura do Capítulo 3 sobre Neoliberalismo, utilizando esse referencial para analisar os trabalhos sintetizados no Capítulo 2.

Quando selecionei esses trabalhos, com intuito de conhecer o que vem sendo dito sobre a relação entre universidade e desenvolvimento, percebi que todos tinham algo em comum, uma proposta de desenvolver os locais sob a primazia de um crescimento econômico subsidiado pela presença e atuação das universidades, através dos atributos que estas teriam para dinamizar o mercado. Foi a partir daí que surgiu a necessidade da compreensão dessa centralidade do mercado, o que me levou à construção do Capítulo 3, sobre o neoliberalismo.

Para tanto, é importante retomar mais uma vez o que define o neoliberalismo e ter esse conceito bem claro. Trata-se de uma prática característica do capitalismo contemporâneo, que se baseia na sujeição e subordinação ao mercado como meio de produção e reprodução social em sentido amplo, que tem como princípios balizadores o individualismo, a propriedade privada e a competição. Ou seja, ele se constitui em um projeto sócio-político de longo prazo que se insere em todas as esferas da vida social (PUELLO-SOCARRÁS, 2008a), incluindo, como não poderia deixar de ser, a educação e as universidades. Vale, também, destacar que o desenvolvimento faz parte da estratégia neoliberal de acumulação, apoiado sob um discurso libertador e emancipador de natureza colonialista que, em essência, representa uma vasta dominação baseada na subordinação ao mercado, encoberta sob o lema do progresso (PUELLO-SOCARRÁS, 2015).

As universidades tornaram-se alvo do neoliberalismo, mais especificamente, quando o conhecimento passou a ser reconhecido como um elemento altamente competitivo em um cenário regido por uma concorrência desenfreada, em um momento denominado de sociedade do conhecimento⁸. Essas instituições, ao produzirem esse bem mercantilizável, ganharam um

⁸ Sociedade que tem no conhecimento seu principal recurso. Além disso, o órgão central e característico dessa sociedade é a Administração, que tem como finalidade tornar o conhecimento produtivo (DRUCKER, 2002).

papel fundamental no processo de acumulação. Nesse sentido, muitas de suas atividades passaram a se orientar em função do mercado, através da formação de mão-de-obra especializada; da produção de conhecimento, inovação e tecnologia a serem apropriados pelo capital; do fomento ao setor produtivo e ao empreendedorismo; da reordenação da gestão nos moldes gerencialistas; e, em destaque aqui, pela suposta promoção do desenvolvimento das suas localidades.

Ademais, como coloca Harvey (2005), os ideais neoliberais de direitos individuais e liberdade, disseminados como mantra, serviram de referência conceitual naturalizada com enorme poder de atração, afetando amplamente os modos de pensar e agir. Isso se reflete na harmonia entre os trabalhos revisados, incorporados à lógica neoliberal sem nenhuma reflexividade, sobretudo em uma esfera tão importante como é a educação. Por mais bem intencionados que sejam, os trabalhos transmitem a ilusão de que a universidade age em prol do bem-estar da sociedade através do mercado, o que analisarei a seguir.

4.1 EMPREENDEDORISMO E UNIVERSIDADE

Como já destacado, o empreendedorismo se tornou o que Puello-Socarrás (2008a) denominou de princípio antropológico do neoliberalismo quando passou de um enfoque econômico de regulação do mercado para uma versão mais flexível, adequada e funcional ao capitalismo avançado, que se expandiu para novos domínios, ocasionando uma série de mudanças sociais e econômicas, principalmente nas relações de trabalho. O princípio neoliberal do individualismo encontrou um porta-voz nessa categoria que colocou em cheque a concepção de concorrência perfeita, fragmentou a contradição entre capital e trabalho e transferiu a responsabilidade para os indivíduos, que passaram a ser empresários de si.

A ideia de empreendedorismo, influenciada pelos postulados de Schumpeter (1997), traz consigo a competência para a inovação, a responsabilidade pelos próprios riscos e a incorporação do modelo empresarial como norma de conduta. Vale destacar que as inovações schumpeterianas só se efetivam se gerarem ganhos econômicos, logo, o lucro determina o êxito do empreendedorismo e se torna seu objetivo último. Dessa forma, ainda na concepção de Schumpeter (1997), as inovações geradas pelos ditos empreendedores estimulariam a formação de novos ciclos de expansão, elevando os patamares econômicos e tecnológicos das estruturas produtivas, isto é, fomentariam o mercado através de uma relação estreita entre

empreendedorismo, inovação, lucro e desenvolvimento. Ademais, o sistema capitalista depende do processo de inovação para renovar os ciclos econômicos mediante a reinvenção de novos meios de acumulação. Logo, tem-se, aqui, um norte para compreender a essência do processo inovador.

Olhando, agora, para os trabalhos analisados, a inovação é um dos principais fatores considerados para a promoção do desenvolvimento. Tendo uma conotação positiva, praticamente inquestionável, a inovação aparece como peça chave para o crescimento econômico. Ao considerarem as IES como um ambiente propício para essa prática, os trabalhos⁹ conferem às universidades o papel de impulsionadora do desenvolvimento, já que o conhecimento possui um valor econômico e a inovação um diferencial competitivo. Através de pesquisas, incubadoras, parques tecnológicos, *spin offs*, entre outros, a universidade operaria como um centro estratégico de fomento à inovação e ao empreendedorismo. Na visão desses autores, esse processo se consolidaria através da interação entre universidade, empresa e governo, no que Etzkowitz (2008) denominou de Hélice Tríplice. A interação se dividiria em produtora do conhecimento (universidade), reprodutores do conhecimento (empresas) e regulador do conhecimento (governo), ou seja, a universidade produz, o setor privado se apropria e o Estado regula essa transferência, num círculo virtuoso entre os três elos para o estreitamento dos laços entre os setores público e privado. Nesse movimento, a universidade assume a função de mola propulsora, visto que detêm a matéria-prima a ser capitalizada. Além disso, as universidades, orientadas nesse sentido, são designadas como universidades empreendedoras e se reconfiguram a partir do modelo empresa, tratado no próximo item.

Entre os trabalhos, a inovação aparece como “paradigma de competitividade” capaz de gerar riquezas em uma economia globalizada¹⁰. Além disso, os conhecimentos existentes nas regiões devem ser utilizados de forma intensiva e coordenada a fim de aumentar a competitividade¹¹. Há, ainda, a percepção de que a universidade pode constituir um meio de polarização, isto é, uma nova forma de gerar riquezas através do conhecimento transformado em inovação¹². Nessa direção, os parques tecnológicos são concebidos como alavancas para a economia regional, sendo o grande desafio levar o conhecimento gerado nas universidades até

⁹ Trabalhos que utilizam os referenciais da Hélice Tríplice e Sistema de Inovação: SOARES (2014); CASADO, SILUK e ZAMPIERI (2012); FAVA-DE-MORAES (2000); FERREIRA e LEOPOLDI (2013); MORAES (2014); PENHA et al. (2014); POMPEU (2011); SILVA (2014); LOPES (2012); DINIZ e OLIVEIRA (2006); ROLIM e SERRA (2009); ROLIM e SERRA (2010).

¹⁰ (LOPES, 2012, p. 4).

¹¹ (ROLIM e SERRA, 2010).

¹² (OLIVEIRA JR, 2014).

o empresariado da região¹³. Por isso, argumentam que a universidade precisa se adequar com maior rapidez às exigências do setor produtivo¹⁴. Entretanto, há ainda quem reconheça a importância de ter cautela com o financiamento empresarial na pesquisa universitária para que não ocorra uma capitalização do saber, indo contra os valores acadêmicos, pois “a pesquisa básica executada ‘espontaneamente’ pela universidade ainda é comprovadamente a maior fonte de resultados aplicáveis do que a pesquisa dita ‘encomendada’ por empresa”¹⁵. Logo, é nítida a orientação do processo inovador para o setor produtivo empresarial.

Além da geração de inovação, as universidades também fomentam o empreendedorismo ao fornecer infraestrutura para a formação de novas empresas através das suas incubadoras. Nessa perspectiva, os trabalhos¹⁶ visualizam um desenvolvimento pautado na intensificação da competição, seja pela inovação absorvida pelas empresas, seja pelos novos empreendimentos que se inserem no mercado, estimulados pela crença no valor neoliberal da livre concorrência. Como argumenta Harvey (2005), facilitar a competição entre empresas, corporações e entidades, aceitar as regras de livre comércio e recorrer a mercados externos, é uma forma de se compatibilizar com a neoliberalização, inclusive, ao estabelecer infraestrutura favorável aos negócios.

O empreendedorismo também se encontra presente no processo de formação. A noção de sucesso, liberdade e autonomia incorporada a esse conceito levou à concepção da necessidade de uma formação educacional nesse sentido, visando tornar os indivíduos aptos para a competitividade que terão de enfrentar no mercado. Alguns dos trabalhos destacam a importância da disseminação da cultura empreendedora na formação do corpo discente e a oferta de cursos acadêmicos com estruturas curriculares direcionadas para tanto¹⁷, visto que o empreendedorismo acadêmico desenvolve o potencial empreendedor dos alunos, tornando-os atentos para oportunidades de negócios¹⁸, além de ser uma alternativa de inserção de trabalho e desenvolvimento profissional aos egressos¹⁹.

Nessa visão, o empreendedorismo consiste em uma atitude de vida que deve ser desenvolvida por meio da educação, passando o entendimento de que o aprendizado e a

¹³ (ROLIM e SERRA, 2009).

¹⁴ (LOPES, 2012).

¹⁵ (FAVA-DE-MORAES, 2000, p. 8).

¹⁶ Trabalhos que utilizam os referenciais da Hélice Tríplice e Sistema de Inovação: SOARES (2014); CASADO, SILUK e ZAMPIERI (2012); FAVA-DE-MORAES (2000); FERREIRA e LEOPOLDI (2013); MORAES (2014); PENHA et al. (2014); POMPEU (2011); SILVA (2014); LOPES (2012); DINIZ e OLIVEIRA (2006); ROLIM e SERRA (2009); ROLIM e SERRA (2010).

¹⁷ (POMPEU, 2011).

¹⁸ (RIGHI, 2012).

¹⁹ (CASADO, SILUK e ZAMPIERI, 2012).

mudança de comportamento, nesses moldes, seriam adequadas para mudar a condição das pessoas no mercado. Essa perspectiva, que se assenta na competência, no mérito e na iniciativa, tem na educação empreendedora uma estratégia de incorporação e subjetivação da responsabilidade individual, partindo do pressuposto de que o acesso e o conhecimento são iguais para todos, e que o êxito é resultado do esforço e da competência de cada um. Esse discurso também serve para conformar os jovens à realidade do trabalho terceirizado, temporário, sem direitos e garantias sociais. Além disso, ciente de que o mercado de trabalho não é capaz de absorver todos os seus egressos, seria adequado difundir o empreendedorismo como alternativa econômica de inclusão produtiva.

A lógica empreendedora também pode ser percebida através dos trabalhos que enfatizam a importância dos atores locais no desenvolvimento como alternativa à incapacidade das políticas públicas centralizadas de atender às demandas sociais, estando assim em consonância com a ordem neoliberal que suscita a responsabilidade dos sujeitos frente à desobrigação dos governos. Nessa visão, os autores²⁰ compreendem o desenvolvimento como um processo descentralizado, de baixo para cima, no qual a ação deve ser mobilizada pelos atores em um projeto de soluções compartilhadas, implicando a formação de um sujeito coletivo capaz de construir o futuro. Essa abordagem lança a responsabilidade da gestão do território para os atores locais, na ilusão de que esses têm autonomia e controle sobre o próprio destino, além de supor um movimento democrático e aglutinador de todos os grupos, superando as desigualdades sociais. Nesse cenário, os autores afirmam que as universidades são ou devem ser orientadoras e coordenadoras desses esforços, tanto na formação e qualificação dos indivíduos, como no apoio ao aprimoramento do processo produtivo através das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Porém, apesar de contribuírem para a formação de uma identidade local e estimularem o diálogo, o que ocorre, na prática, pelos próprios exemplos nos trabalhos²¹, é a universidade interagindo em espaços produtivos econômicos dominantes e reforçando a lógica de acumulação desigual já existente.

²⁰ Autores que utilizam o referencial do desenvolvimento a partir de uma escala local ou regional: PENA JÚNIOR, GRACIANO e VÁLERY (2005); WANZINACK e SIGNORELLI (2014); SCHAFASCHEK e MENEGHEL (2009); CEHELLA (2007); CASAGRANDA (2014); FLECK e PICCININI (2013); FLECK (2011); FLECK (2012); SANTOS (2008); LIMA (2012); FAGUNDES e GIROLETTI (2013); LOPES (2001); SANTOS (2007); VECCHIO (2010).

²¹ MORAES (2014) destaca a contribuição da UFPel com relação à disseminação de melhores técnicas para cultivo e beneficiamento do arroz, que representa uma monocultura em grande escala, intensiva no uso de capital. Já FLECK e PICCININI (2013) comentam que a UNIPAMPA apoia atividades consideradas promissoras para a localidade, como a vitivinicultura e o turismo de compras, sendo que ambas as atividades são concentradas em grandes empresas nesse município.

4.2 O GERENCIALISMO NAS UNIVERSIDADES

Como, também, já demonstrado, a partir da implementação das políticas de ajuste neoliberais, que englobaram as reformas do aparelho de Estado, foi desencadeado um processo de ampliação do espaço privado não apenas no setor produtivo, mas também no campo dos direitos sociais, o que, por conseguinte, afetou o setor educacional e as universidades. No contexto brasileiro da educação superior, leis e programas como o Universidade para Todos – PROUNI²², o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)²³, as Parcerias Público-Privadas (PPP), as Leis de Incentivo à Inovação²⁴ etc., contribuíram para a inserção da lógica privada no ensino superior público através de políticas públicas orientadas pelo e para o mercado.

A administração pública gerencial implementada no Brasil, influenciada pelo enfoque Reinventando o Governo de Osborne e Glaber (1992) e pela NAP, levou valores da esfera privada para a esfera pública e isentou o governo de muitas obrigações ao considerar o cidadão como um cliente decisor e responsável de si, transferindo para o mercado a fonte de seus direitos. Dentre os princípios dessa abordagem, retomo alguns relacionando ao contexto das universidades brasileiras, antes de entrar na análise dos trabalhos.

Por esse enfoque, as instituições públicas devem: articular parcerias e deixar de ser provedor direto, no caso das universidades isso ocorre através da terceirização de serviços para o setor privado, que vem se intensificando em muitas atividades-meio, bem como o já mencionado PROUNI²⁵; dar mais responsabilidade ao cidadão ao invés de servi-lo, difundido a lógica do individualismo, do empresário de si, através do argumento da disseminação da cultura empreendedora na prática educativa; introduzir a competição na prestação de serviços, como ocorre com o financiamento de pesquisas via editais; se orientar por estratégias eficientes e atuar por critérios de produtividade, de financiar resultados e não recursos, como ocorre com

²² Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096 em 2005, o PROUNI tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas, mediante concessão de isenção fiscal às IES que aderirem ao Programa.

²³ O FIES é um programa do governo de financiamento da graduação na educação superior privada.

²⁴ Lei nº 11.487 e Lei nº 10.973/2004, de Incentivo à Pesquisa, concedem redução fiscal às empresas que investirem em projetos desenvolvidos por instituições públicas.

²⁵ O PROUNI opera mediante concessão de isenção fiscal às IES privadas que aderirem ao Programa, isto é, através da compra de vagas na iniciativa privada, o que contribui para expansão da oferta privada nesse segmento, ao invés de priorizar o ensino público. Nesse sentido, o governo aumenta o acesso, mas não garante a qualidade do ensino nem a permanência do aluno que fica a cargo das universidades conveniadas.

os contratos de gestão e metas que caracterizam o REUNI²⁶; voltar-se para os clientes, isto é, para aqueles que geram retornos financeiros, como empresas financiadoras, ao invés de focar naqueles que deveriam ser os seus principais beneficiários, os alunos e a sociedade em geral; ser empreendedoras, gerando receitas ao invés de despesas, o que faz com que as universidades transformem o saber em mercadoria comercializável; se orientar para o mercado. Assim, ao retomar os princípios dessa abordagem fica nítida a inserção do *management* e do empreendedorismo no ambiente público e acadêmico, o que faz com que a democratização e o interesse coletivo cedam espaço para a eficiência tecnicista, além da despolitização e isolamento das necessidades de setores sociais mais amplos.

A difusão do discurso sobre a ineficiência dos serviços públicos favoreceu a orientação da educação e das universidades públicas aos padrões gerenciais, ocasionando diversas transformações na sua organização, como o empreendedorismo e a inovação, já discutidos. Nessa perspectiva, as relações acadêmicas passam a ser tratadas por uma visão gerencial, pautada por critérios de produtividade.

O discurso sobre a ineficiência é confirmado, por exemplo, quando os autores dos trabalhos analisados argumentam que o principal entrave para uma interação ativa com o setor produtivo corresponde à estrutura administrativa burocratizada e emperrada²⁷, e, como alternativa, defendem a superação da burocracia e da cultura organizacional estanque das universidades, consideradas obstáculos às mudanças²⁸. Nesse sentido, as práticas empresariais incorporadas do setor privado ganham força para superar tais entraves. Ademais, essa lógica gerencialista direciona a atuação das universidades para o modelo empresa, compatível com a ideia de universidade empreendedora, na medida que pressupõe uma instituição produtiva e eficiente, alinhada com os interesses do capital, atuando como vetora da relação público-privado. Assim, o gerencialismo se torna condição essencial para o direcionamento das IES na perspectiva do desenvolvimento econômico das localidades onde se inserem.

Dessa forma, o espaço educativo, bem como a administração das instituições universitárias, assume uma dinâmica semelhante à das empresas no mercado. Os problemas educacionais passam a ser reduzidos a questões gerenciais, esvaziando os campos social e político do debate, transformando esses problemas em questões solucionadas através de técnicas de gerenciamento. Dessa forma, as universidades, nos trabalhos que estão sendo

²⁶ O REUNI é o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais que será abordado no item da inclusão social.

²⁷ (FERREIRA e LEOPOLDI, 2013).

²⁸ (ROLIM e SERRA, 2010).

analisados, se configuram no que Puello-Socarrás (2008a) denominou de *locus* natural do empreendimento, um espaço público-privado essencialmente mercantil ou, ainda, uma terceira via que supera a dicotomia entre Estado e mercado.

4.3 A UNIVERSIDADE COMO MEIO DE INCLUSÃO SOCIAL

Para encobrir seus efeitos nocivos, amenizar resistências e manter seus status de poder, o neoliberalismo incorporou novas políticas e repertórios e promoveu uma série de ações estatais regulatórias e oportunistas, sob a justificativa legitimadora da inclusão social. No contexto da educação, é possível pontuar as políticas do REUNI²⁹, PROUNI, FIES e Educação a Distância (EAD) que carregam o princípio da inclusão social em suas proposições. No entanto, esses programas assumem uma função estratégica no projeto neoliberal, visto que a política pública de ensino superior elimina, de forma direta ou indireta, a possibilidade da construção de uma educação pública de qualidade.

Nos trabalhos analisados³⁰ foi possível perceber o tema da inclusão social associado às universidades em menção à EAD, quando os autores pontuam essa modalidade como uma ação de caráter democrático que permite romper barreiras geográficas, culturais, sociais e econômicas, constituindo uma forma de inclusão e desenvolvimento social. Além disso, se fundamentam na concepção de desenvolvimento como liberdade proposta por Sen (2000), baseada na eliminação das privações e na expansão das liberdades individuais, mediante a ampliação de oportunidades econômicas, sociais e políticas. Nessa perspectiva, as atividades de EAD garantem o acesso à educação, o que, em tese, fornece os recursos para que os indivíduos possam atuar livremente no mercado. Entretanto, a EAD, com seu caráter aparentemente democrático, contribui para a massificação em uma modalidade de

²⁹ O REUNI é um programa de reestruturação e expansão das universidades federais brasileiras, instituído pelo Decreto nº 6.096/2007, que tem por objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior, através do melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos existentes nas universidades. A principal meta do REUNI é elevar a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais em 90% e alcançar a relação de 18 alunos por professor. Os recursos financeiros reservados a cada universidade serão repassados pelo MEC mediante a elaboração e a apresentação de um plano de reestruturação adaptado às exigências do Governo. Apesar de ter multiplicado o número de vagas públicas no ensino superior, ao condicionar o repasse financeiro à adequação dos planos às exigências de eficiência, contribui para a intensificação do trabalho docente, com o aumento do número de alunos por turma, e para o aceleração da formação, tornando-se, assim, um contrato de metas que fortalece a política de resultados.

³⁰ CASAGRANDA (2014); LOBO et al. (2013).

aprendizagem mediada pelo computador, com baixa interação e com a maioria das vagas concentradas em instituições privadas. Ela contribui, assim, para o rebaixamento da qualidade do ensino, além de criar a ilusão de que a qualificação garantirá a inserção plena no mercado de trabalho.

4.4 UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO

O neoliberalismo também se faz presente no discurso do desenvolvimento, que, como já enfatizado, expressa a lógica de acumulação do projeto neoliberal. Essa é uma das estratégias mais eficazes desse projeto. Devido ao peso e apelo que esse termo carrega, atrai e une os mais diferentes grupos e justifica as mais diversas práticas, por ser considerado algo notadamente benéfico e fundamental. Inclusive, leva a comunidade acadêmica à crença de estar trabalhando pelo bem social. Eu mesma fui, inicialmente, instigada por essa crença para estudar esse tema como forma de colaborar com o desenvolvimento da minha região, agora detentora de uma universidade federal. Contudo, como argumenta Puello-Socarrás (2015), a noção de desenvolvimento constitui uma ideia guia do neoliberalismo, a estratégia legitimadora de concretização de seu projeto político e ideológico que, devido ao seu poder e força, tornou-se um dos conceitos centrais da ordem econômica. Por trás do seu discurso libertador e emancipador, o desenvolvimento se concretiza como uma dominação complexa e ampla.

Pela análise dos 39 trabalhos que relacionam universidade e desenvolvimento, foi possível identificar a ênfase desse discurso de caráter neoliberal, na medida em que as principais ações, nessa direção, são relacionadas ao crescimento econômico, sendo, nesses casos, mediadas pela atuação das universidades no e para o mercado. Logo, o desenvolvimento preconizado visa, em essência, dinamizar a economia, sendo esse o objetivo último dessas propostas.

O desenvolvimento local passou a ser a máxima para muitas universidades, presente em sua missão, visão, valores, objetivos e, até mesmo, propósito de constituição. Os trabalhos que utilizam a abordagem da Hélice Tríplice argumentam que o desenvolvimento faz parte de uma segunda revolução acadêmica, quando as universidades incorporam a missão de promover o desenvolvimento econômico e social na sociedade do conhecimento. Além disso, algumas universidades ou *campi*, fruto das políticas nacionais de expansão do ensino superior, foram

criados sob o discurso de desenvolver regiões consideradas estagnadas economicamente, objeto de alguns trabalhos³¹.

A ruptura com a aparência do fenômeno do desenvolvimento, para mim, foi a etapa mais difícil e demorada, visto que, em um primeiro momento, ele me levava a traçar uma imagem, um plano, um norte em uma lógica evolucionista. Caí tantas vezes na sua armadilha, no seu determinismo, por não ter claro que ele se constitui em um discurso, parte de uma estratégia de dominação que leva à obediência a padrões e normas de acumulação com base em uma subordinação completa ao mercado, sob o mito do progresso e da modernização.

Os autores de alguns trabalhos³² abordam o desenvolvimento a partir de uma escala local ou regional e de uma perspectiva descentralizada, de baixo para cima, na qual a ação deve ser mobilizada pelos atores em um projeto compartilhado. Um dos principais argumentos é desenvolver as competências dos territórios, isto é, as características e os recursos que podem ser trabalhados como elementos competitivos para alcançar o crescimento econômico.

As teorias de desenvolvimento que embasam esses trabalhos definem esse processo como participativo e descentralizado, resultado das respostas dos agentes para os desafios da integração dos mercados, implicando a formação de um sujeito coletivo capaz de construir o próprio futuro. O definem, também, como um processo empreendedor e inovador, dependente da acumulação de capital econômico, capital humano e progresso técnico; da sinergia entre atores públicos e privados; da demanda externa; da adoção de formas flexíveis de organização da produção (VAZQUEZ-BARQUEIRO, 2001, 2007; BOISIER, 2001, 2005). No entanto, trata-se de um processo supostamente democrático pelo qual os atores locais incorporam os valores neoliberais tornando-se, eles mesmos, reprodutores dessa lógica que os controla, sob a ilusão de autonomia e descentralização. Nesse cenário, os atores locais assumem o papel de tornar o sistema produtivo mais eficiente.

Essa noção, que enfatiza a importância dos atores locais e das forças endógenas no desenvolvimento econômico, além de lançar a responsabilidade para esses atores, desobrigando os governos e priorizando setores produtivos dominantes que perpetuam a lógica da acumulação desigual, conforme já demonstrado, postula a universidade como um ator social imprescindível,

³¹ Centro Acadêmico de Vitória da UFPE – PENHA *et al.* (2014); Campus Litoral da UFPR – WANZINACK e SIGNORELLI (2014); UNIPAMPA – FLECK (2012), MARCHIORO *et al.* (2007), HOFF, SAN MARTIN e SOPEÑA (2011); UFFS – COSTA, BARBOSA e COSTA (2013).

³² Autores que utilizam o referencial do desenvolvimento a partir de uma escala local ou regional: PENA JÚNIOR, GRACIANO e VÁLERY (2005); WANZINACK e SIGNORELLI (2014); SCHAFASCHEK e MENEGHEL (2009); CEHELLA (2007); CASAGRANDA (2014); FLECK e PICCININI (2013); FLECK (2011); FLECK (2012); SANTOS (2008); LIMA (2012); FAGUNDES e GIROLETTI (2013); LOPES (2001); SANTOS (2007); VECCHIO (2010).

capaz de dinamizar as localidades onde está inserida, seja pela formação de mão-de-obra especializada, pela geração de inovação e capital técnico e científico, pela articulação de parcerias público-privada, pelo fomento ao empreendedorismo, o que, em síntese, visa alcançar crescimento econômico e o decorrente desenvolvimento. Destaco que o crescimento econômico age como fio condutor do desenvolvimento, sendo as melhorias sociais e a redução das desigualdades de renda decorrentes do desempenho econômico.

Assim, o crescimento econômico, em relação estreita com a inovação, o empreendedorismo, o gerencialismo e a inclusão social, como já discutidos, são todos incorporados ao lema do desenvolvimento. Logo, a partir da análise dos trabalhos, defendo que as universidades, por eles abordadas, quando se orientam para o propósito do desenvolvimento, direcionam suas práticas meramente para a dinamização do mercado.

Sendo assim, as universidades operam como um ente do mercado, isto é, passam a se organizar segundo sua lógica. Contudo, ao se orientarem para o processo produtivo e econômico, enfraquecem a possibilidade da produção de conhecimento comprometida com outros interesses que não sejam os da classe dominante. O saber, a reflexão e o pensamento crítico são ofuscados e colocados em segundo plano. Os interesses de classe encobertos pela ideia de mercado ditam as regras e orientam as práticas irrefletidas.

Por fim, considero essencial a discussão desse tema para não nos tornar reprodutores dessa lógica, que compreende a relação entre universidade e desenvolvimento como um movimento natural e necessário, e não deixarmos enganar pelas aparências. Apesar de ter apontado os efeitos nocivos dessa relação, não significa que desmereço o papel dessa importante instituição, ciente de que ela pode, sim, ser um espaço para o debate, para o pensamento crítico e para a emancipação.

5 CONCLUSÕES

Como abordei no início, esta Dissertação serviu de base para o processo, ainda inacabado, de ruptura com as minhas pré-noções e o senso comum. Nesse caso, a relação entre universidade e desenvolvimento, tomada como um movimento lógico, crescente e benéfico. Por ser um tema que constitui um problema oficial, parte das políticas governamentais, dotado de legitimidade e universalidade, leva à crença de que a missão das universidades, pelo seu compromisso com a sociedade, deve estar relacionada com o desenvolvimento do seu entorno.

Pela força e apelo do conceito do desenvolvimento e pela importância da universidade, especialmente em uma sociedade que compreende o conhecimento como um capital fundamental, essa relação se tornou naturalizada e inquestionável. Porém, foi justamente pela homogeneização da positividade dessa relação que surgiu a primeira dúvida com o auto-evidente que, muitas vezes, como coloca Bourdieu (2005), passa despercebido porque, por definição, está construído e contém uma ordem internalizada. Ademais, segundo esse autor, a ruptura requer a conversão do pensamento e do olhar, e, além de tudo, uma dúvida radical que se volte contra o discurso vazio da grande teorização que extrai do senso-comum seu projeto fundamental.

Assim, foi a partir da dúvida radical, isto é, o questionamento da relação positiva naturalizada entre universidade e desenvolvimento, e da compreensão do sentido do desenvolvimento, que foi possível desvendar a essência dessa proposição. Tal dúvida partiu da compreensão sobre o significado do desenvolvimento que, ao contrário do que acreditava inicialmente, constitui um discurso legitimador de dominação ampla, apoiado na acumulação e no crescimento econômico sob o lema do progresso e da modernização. Essa ruptura não foi fácil e nem definitiva, e o princípio da vigilância epistemológica servirá de guia para o compromisso com o real.

A partir daí, surgiu o interesse em averiguar o que vem sendo dito sobre a relação entre universidade e desenvolvimento, resultando na seleção desses 39 trabalhos sintetizados no Capítulo 2. Esses trabalhos foram agrupados de acordo com as diferentes abordagens utilizadas para referenciar o desenvolvimento, separando, inclusive, aqueles que não tinham um referencial explícito. Dessa forma, a compreensão das teorias que embasam esses trabalhos possibilitou o entendimento da orientação do desenvolvimento para o crescimento econômico e, por conseguinte, para o mercado. Apesar das diferentes abordagens, todos esses trabalhos tinham em comum a proposta de desenvolver os locais sob a primazia de um crescimento

econômico subsidiado pela presença e atuação das universidades, através das competências que estas teriam para dinamizar o mercado.

Pela abordagem da Hélice Tríplice e SNI, a partir da interação entre universidade-empresa-governo, o conhecimento e a inovação produzidos nas instituições de ensino superior são apropriados pelos interesses do capital sob a justificativa de gerarem progresso econômico, o que, em tese, beneficia as empresas e acirra a competitividade. Sob essa lógica, as universidades passam a atuar como empresas produtivas, ou, como argumentam, como universidades empreendedoras, orientando suas práticas para o mercado. Ademais, pela abordagem dos polos de crescimento, suas ações constituem atividades polarizadoras capazes de gerar riqueza.

A abordagem do desenvolvimento endógeno, com ênfase nas competências do território e na ação compartilhada dos atores locais, como estratégia de dinamizar as economias, reforça a lógica dos mercados capitalistas mundiais sob pena de estagnação, responsabilizando os atores pelo êxito ou fracasso dos seus projetos, desobrigando os governos e priorizando setores produtivos dominantes que perpetuam a lógica de acumulação desigual. Nessa perspectiva, as universidades entram como um ator social imprescindível, na medida que, alegadamente, empoderam os atores e contribuem para o processo produtivo. Além disso, são consideradas um instrumento de inclusão social por contribuírem para a expansão das liberdades individuais e para a eliminação das privações que limitam as escolhas e as oportunidades dos agentes, na visão de desenvolvimento como liberdade, que tem o mercado como *locus* para o exercício das liberdades.

Assim, pela revisão desses trabalhos, foi possível perceber a orientação para o crescimento econômico e para a dinamização do mercado, conduzindo, então, para o estudo do neoliberalismo. O neoliberalismo, entendido como uma prática do capitalismo avançado de subordinação ao mercado, de produção e reprodução social em sentido amplo, tem no discurso do empreendedorismo, da inclusão social, do gerencialismo e do desenvolvimento estratégias legitimadoras de expansão e renovação (PUELLO-SOCARRÁS, 2013). O neoliberalismo também pode ser compreendido como um sistema normativo eficiente que orienta a prática dos indivíduos e das instituições, detentor de uma racionalidade que tende a estruturar e organizar as políticas e as ações sociais (LAVAL e DARDOT, 2013). Portanto, no neoliberalismo todas as relações estão sujeitas à lógica do mercado.

Através da compreensão do neoliberalismo foi possível perceber a relação do empreendedorismo com o processo de inovação, presente nos parques tecnológicos, *spin offs*, nas incubadoras etc. que, além de fomentar a criação de novas empresas e contribuir para a

intensificação da competitividade, também fazem parte do processo de formação dos alunos e da disseminação da doutrina de individualização, que responsabiliza os sujeitos pelo cuidado de si. Ao se engajarem com o setor econômico, as universidades fomentam o empreendedorismo, a inovação e o desenvolvimento tecnológico e tornam-se laboratório dessas práticas, produzindo um conhecimento subordinado ao processo de acumulação.

Foi possível, também, refletir sobre a presença das práticas gerenciais na organização das universidades através do consenso sobre a ineficiência dos serviços públicos, que legitima a adoção do modelo empresa, isto é, da universidade empreendedora, caracterizada como uma instituição produtiva e eficiente, alinhada com os interesses do capital, atuando como vetora da relação público-privado.

Por fim, o desenvolvimento, sob a força de um discurso potente e inquestionável, se tornou máxima para muitas universidades, presente em sua missão, visão, valores, objetivos e, até mesmo, propósito de constituição. Porém, o desenvolvimento, apoiado no crescimento econômico em relação estreita com a inovação, o empreendedorismo, o gerencialismo e a inclusão social, sob o lema do progresso e da modernização, representa a estratégia de acumulação do projeto neoliberal. Assim, as universidades, ao se orientarem para o propósito do desenvolvimento, subordinam suas práticas para a lógica mercado, isto é, para a lógica neoliberal. Ademais, o neoliberalismo, longe de desaparecer, se transforma, se adapta, se renova, reproduzindo constantemente os valores de propriedade privada, individualismo e livre concorrência, visto que sua consagração é fruto dessa capacidade de migrar para todos os espaços onde é possível mercantilizar as relações sociais, sendo a educação e as universidades um desses espaços.

Ao concluir, a análise dos trabalhos sobre universidade e desenvolvimento também me permitiu refletir, ainda que indiretamente, sobre a configuração atual das universidades. O lema do desenvolvimento foi incorporado às políticas nacionais de expansão do ensino superior através da criação de novas universidades ou pela interiorização das já existentes, que assumem o objetivo de desenvolver regiões antes esquecidas, consideradas estagnadas economicamente.

O reconhecimento do papel da universidade como um instrumento de transformação social, desenvolvimento sustentável e inserção do país, de forma competente, no cenário internacional, mobilizou os movimentos reivindicatórios de expansão da educação superior pública e gratuita. (MEC, 2012, p. 9).

A expansão da Rede Federal de Educação Superior teve início em 2003 com a interiorização dos *campi* das universidades federais, aumentando o número de municípios atendidos pelas universidades de 114 para 237 em 2012, além da criação de 14 novas universidades e mais de 100 novos *campi* que possibilitaram a ampliação de vagas e a criação

de novos cursos de graduação (MEC, 2015). De acordo com o Ministério da Educação (2012), o programa de expansão, com base nos princípios de democratização e inclusão, possibilitou a conformação de uma nova realidade da educação superior brasileira, com expressiva contribuição para o desenvolvimento regional, dando início ao processo de redução das assimetrias regionais presentes no país.

Essa política, apesar de, inegavelmente, ter expandido o acesso, levando o ensino superior para locais nunca antes imaginados, possibilitando a permanência dos jovens nessas regiões, se pautada por critérios de produtividade e eficiência e restrita às demandas quantitativas, corre o risco de ser mais um processo da estratégia neoliberal de inclusão excludente. Como discutido anteriormente, no neoliberalismo, a educação assume a função de preparar as pessoas para se inserirem no mercado de trabalho e servirem como recursos, isto é, torná-las aptas para atuar na divisão social do trabalho, além de formar indivíduos conformados ideologicamente com os seus princípios. Ademais, prioriza a formação técnica em detrimento de uma formação emancipadora, reflexiva, inserida na realidade sócio-política, o que termina por sufocar o pensamento crítico e despolitizar a educação.

Devido à conexão do desenvolvimento como o progresso, a competitividade, a acumulação, a ordem e o controle social, a relação entre universidade e desenvolvimento não pode ser tratada como neutra e desinteressada. Por isso, a necessidade de olhar além das aparências e questionar a ordem naturalizada ou, ainda, romper com o senso comum. Portanto, foi na tentativa de romper com as minhas pré-noções que busquei desnaturalizar essa relação no compromisso de compreender o mundo social como totalidade, além de apontar para a necessidade de preservarmos a possibilidade da universidade como espaço que nos possibilite o debate livre, a reflexão e o pensamento crítico orientado para a prática.

REFERÊNCIAS

BIRDSALL, Nancy; LA TORRE, Augusto de. **El Disenso de Washington:** políticas económicas para la equidad social en Latinoamérica. Fondo Carnegie para La Paz Internacional y Diálogo Interamericano. Washington, D.C., 2001. Disponível em: <<http://carnegieendowment.org/pdf/files/er.Contentious.SummaryinSpanish.pdf>>. Acesso em: nov. 2015.

BOISIER, Sergio. Desarrollo (local): ¿De qué estamos hablando? In: MADOERY, Oscar e VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio (Eds.). **Transformaciones globales, Instituciones y Políticas de desarrollo local.** Rosario: Editorial Homo Sapiens, 2001. Disponível em: <<http://abacoenred.com/IMG/pdf/boisier.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2015.

_____. ¿Hay espacio para el desarrollo local em la globalización? **Revista de la CEPAL,** Santiago do Chile, n. 86, p. 47-62, ago. 2005. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/11068/086047062_es.pdf?sequence=1>. Acesso em 07 abr. 2015.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo:** Metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **La práctica de la sociología reflexiva.** In: BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loic. México: Siglo Veintiuno Editores, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo.** Petrópolis: Ed. Vozes, 2001.

BRANDÃO, Carlos. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. **Revista Paranaense de Desenvolvimento,** Curitiba, n. 107, p.57-76, jul/dez. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. REUNI. **Expansão.** Brasília, 2015. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/expansao>>. Acesso em: 03 nov. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012.** Brasília, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 03 nov. 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público,** Brasília, v. 47, n. 1, p. 7-40, 1996. Disponível em: <<http://seer.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/702/550>>. Acesso em: ago. 2015.

_____. A administração pública gerencial: estratégia e estrutura para um novo Estado. **Texto para Discussão,** n. 09. Brasília: ENAP, 2001. Disponível em: <<http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/817>>. Acesso em: ago. 2015.

BRITO, Katia Daniele Dutra; JARDIM, Maria da Conceição Parente. Instituições de ensino superior e desenvolvimento regional: Universidade Regional do Cariri – URCA. In:

COLÓQUIO SOCIEDADE, POLÍTICAS PÚBLICAS, CULTURA E DESENVOLVIMENTO – CEURCA, 3, 2013, Crato. **Anais...** Crato: URCA, 2013, p. 728-744. Disponível em: <http://www.ceurca.eco.br/anais/02_formacao_e_comunicacao_para_o_desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2015.

BURITY, Joanildo. Cultura e identidade nas políticas de inclusão social. In: AMARAL JR, Aécio; BURITY, Joanildo (Orgs.). **Inclusão social, identidade e diferença: perspectiva pós-estruturalista de análise social**. São Paulo: Annablume, 2006.

CASADO, Frank Leonardo; SILUK, Julio Cezar Mairese; ZAMPIERI, Nilza Luiza Venturini. Universidade empreendedora e desenvolvimento regional sustentável: proposta de um modelo. **Revista de Administração da UFSM**, Santa Maria, v. 5, Edição Especial, p. 633-650, dez. 2012. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reaufsm/article/view/7755>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

CASAGRANDA, Marley Buchara Gomes. **O Curso de Administração a Distância da Universidade Católica Dom Bosco na conjuntura do Desenvolvimento Local**. Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco, 2014, 99 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2014. Disponível em: <<http://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/13451-dissertacao/-marley-07052014-1-1.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

CEHELLA, Gilberto. A Pesquisa na Universidade do Vale do Itajaí e o Desenvolvimento Local. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 7, 2007, Mar del Plata. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/82212/TRABAJOCEHELLA.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

COGO, Edson Luiz. A universidade como mecanismo da construção do desenvolvimento regional. **Revista Científica Fazer**. Erechim, v.1, n.2, 2013. Disponível em: <http://www.faers.com.br/uploads/revista_fazer/4fc6b6b3d3a1a00e01b92a66cc325248.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2015.

COLOSSI, Nelson; BERTOLDI, Werner José. Múltiplas Dimensões da Extensão no Desenvolvimento Regional na abrangência da Universidade do Contestado – UnC. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 4, 2004, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/35785?locale-attribute=es>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

COOKE, P.; URANGA, M. G.; ETXEBARRIA, G. Regional innovation systems: Institutional and organizational dimensions. **Research Policy**, v. 26, p. 475-491, 1997. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0048733397000255>>. Acesso em 10 ago 2015.

COSTA, Danilo de Melo; BARBOSA, Francisco Vidal; COSTA, Alexandre Marino. A importância da Universidade Federal da Fronteira Sul como propulsora do desenvolvimento na região oeste do sul do país. **Qualit@s Revista Eletrônica**, Paraíba, v.14. n.1, p. 1-14, 2013.

Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/1612>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

DINIZ, Maria de Fátima Santos; OLIVEIRA, Ronise Suzuki de. Interação universidade-empresa, empreendimento inovador e desenvolvimento local: um estudo de caso da incubadora CENTEV/UFV. **Revista Locus Científico**, Brasília, vol. 1, n. 1, p. 10-18, 2006. Disponível em: <http://www.anprotec.org.br/ArquivosDin/10_a_18_-_2o_Artigo_pdf_29.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2015.

DORNELAS CAMARA, Guilherme. **Os Programas Sociais de Combate à Pobreza na Argentina e no Brasil: uma abordagem da Filosofia da Libertação**. Porto alegre: UFRGS, 2014, 212 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração. Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

DRUCKER, Peter F. **Administração: tarefas, responsabilidades, práticas**. v.1. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. **O melhor de Peter Drucker: a sociedade**. São Paulo: Nobel, 2002.

ETZKOWITZ, Henry. **Hélice Tríplice: Universidade-Indústria-Governo: Inovação em Movimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

FAÉ, Rogério. **Os discursos sobre desenvolvimento como recursos político-estratégicos: o Banco Mundial como organização central no campo discursivo do desenvolvimento**. Porto alegre: UFRGS, 2009, 264 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração. Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

FAGUNDES, Marcus Vinicius Carvalho; GIROLETTI, Domingos Antônio. Universidade pública e desenvolvimento regional: um estudo da contribuição da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GESTÃO DE PROJETOS, 2 / SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE, 1, 2013, São Paulo. **Anais...** São Paulo: UNINOVE, 2013, p 1-19. Disponível em: <<https://repositorio.uninove.br/xmlui/handle/123456789/52>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

FARAGO, Tássio Augusto Beck; CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. A relação entre as políticas públicas de desenvolvimento científico-tecnológico e o desenvolvimento local considerando a pesquisa científica na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – campus de Ponta Grossa. In: ENCONTRO ANUAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 19, 2010, Guarapuava. **Anais...** Guarapuava: UNICENTRO, 2010. Disponível em: <<http://anais.unicentro.br/xixeaic/pdf/2282.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

FAVA-DE-MORAES, F. Universidade, inovação e impacto socioeconômico. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 3, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 maio 2015.

FERLIE, Ewan; ASBURNER, Lynn; FITZGERALD, Louise; PETTIGREW, Andrew. **A nova administração Pública em Ação**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília - ENAP, 1999.

FERREIRA, André; LEOPOLDI, Maria Antonieta. A contribuição da universidade pública para a inovação e o desenvolvimento regional: a percepção de gestores e pesquisadores. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 60-82, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2013v6n1p60>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

FLECK, Carolina Freddo. **A Universidade no Desenvolvimento do Mercado de Trabalho: Um estudo de caso em Santana do Livramento**. Porto Alegre: UFRGS, 2012, 188 f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/55062>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

FLECK, Carolina Freddo; PICCININI, Valmiria Carolina. Universidade e região: inserção de uma IFE em prol o desenvolvimento. RDE – **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 15, n. 27, p. 75-88, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/2430>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

FLECK, Carolina Freddo. A tríade ensino-pesquisa-extensão e os vetores para o desenvolvimento regional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 7, n. 3, p. 270-298, 2011. Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/viewFile/518/265>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

GOEBEL, Márcio Alberto; MIURA, Márcio Nakayama. A Universidade como um fator de desenvolvimento: o caso do município de Toledo-PR. **Revista Expectativa**, Toledo, v.3, n.3, p. 35-47, 2004. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/expectativa/article/viewFile/743/628>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

GOULART, Sueli. **Sobre a interferência da produção científica e tecnológica da universidade no desenvolvimento local: o caso da Ciência da Computação**. Recife: UFPE, 2005, 356 f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005. disponível em: <<http://www.repositorio.ufpe.br/handle/123456789/525>>. Acesso em 10 abr. 2015.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo: história e implicações**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

_____. Neoliberalismo como destruição criativa. **InterfaceEHS** – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e meio ambiente e sustentabilidade, São Paulo, v.2, n.4, 2007.

HOFF, Debora Nayar; SAN MARTIN, Aline Schimidt; SOPEÑA, Mauro Barcellos. Universidades e desenvolvimento regional: impactos quantitativos da Unipampa em Sant’Ana do Livramento. **Revista REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 3, p. 157-183, set/dez 2011. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/1699>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

IMASATO, Takeyoshi; MARTINS, Paulo Emílio M.; PIERANTI, Octavio. P. Administrative Reforms and Global Managerialism: A Critical Analysis of Three Brazilian State Reforms. **Canadian Journal of Administrative Sciences**, n. 28, p. 174–187, 2011.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LAVAL, C. DARDOT, P. **La nueva razón del mundo: ensayo sobre la sociedade neoliberal**. Barcelona: Gedisa, 2013.

LIMA, Eleuza Ferreira. **A contribuição do Ensino Superior ofertado pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul no Desenvolvimento Regional do Estado no período de 1996 – 2007**. Porto Alegre: UFRGS, 2012, 157 f. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/54512/000856353.pdf?sequence=1>> Acesso em: 30 abr. 2015.

LOBO, Márcia Eunice; LOBO, Eduardo; DIAS JUNIOR, Claudelino Martins; RAMOS, Alexandre Moraes; DALMAU, Marcos Baptista Lopez. A atuação da universidade no desenvolvimento social: a experiência dos cursos de administração pública no âmbito do PNAP/UAB/UFSC. In: COLOQUIO DE GESTIÓN UNIVERSITARIA EN AMÉRICAS, 13, 2013, Florianópolis. **Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad**. Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/114778>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

LOPES, Vaneide Ferreira. **A inserção da Universidade Federal de Sergipe (UFS) no processo de inovação e desenvolvimento local: intenção e prática**. Sergipe: UFPE, 2012, 99 f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Pernambuco, Sergipe, 2012. Disponível em: <<http://www.ppgep.org.br/teses/DO-0053.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

MARCHIORO, Dáfni F. Z.; NEDEL, Daniel L., VOSS, Dulce M. da S.; KAKUNO, Edson M., FONSECA, Gabriela D.; NEGRÃO, Margarida M. R.; IRALA, Valesca B.; FERREIRA, Vera L. A UNIPAMPA no contexto atual da educação superior. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Sorocaba, vol. 12, n. 4, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772007000400008&script=sci_arttext>. Acesso em: 30 abr. 2015.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRANSPADINI, R.; STEDILE, J. P. (orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MORAES, Eloísa Araújo Santos de. **O impacto da instituição de ensino superior no desenvolvimento local e regional: Estudo de Caso da Universidade Federal de Pelotas (RS)**. Porto Alegre: UFRGS, 2014, 165 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/102990>. Acesso em: 30 abr. 2015.

NOVO, Luciana Florentino; MELO, Pedro Antônio de. A Participação da Universidade no Desenvolvimento: Uma Questão de Responsabilidade Social. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 4, 2004, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/35719?show=full>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **National Innovation Systems**. Paris, 1997. Disponível em: <<http://www.oecd.org/science/inno/2101733.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

OLIVEIRA JR, Antonio de. A universidade como polo de desenvolvimento local-regional. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 24, número especial 1, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/P.2318-2962.2014v24nespp1>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

OSBORNE, David; GAEBLER, Ted. **Reinventing government: how the entrepreneurial spirit is transforming the public sector**. New York: Penguin Books, 1992.

PAES DE PAULA, Ana Paula. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

PAIVA, Beatriz Augusto. O SUAS e os direitos socioassistenciais: a universalização da seguridade em debate. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n 87, 2006.

PENA JÚNIOR, Marcos Antonio Gomes; GRACIANO, Claudia Gomes; VÁLERY, Françoise Dominique. Universidade e Desenvolvimento local: reflexões sobre pró-atividade comunitária. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 25, 2005, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ABEPRO, out/nov 2005. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGERP2005_Enegep0707_0298.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2015.

PENHA, Joicy Barbalho Pires; SILVA, Luciano Inácio da; SILVA, Suely Maria da; OLIVEIRA, Rita Patrícia Almeida de. O desenvolvimento regional do município de Vitória de Santo Antão sob a ótica da interiorização na Universidade Federal de Pernambuco: um estudo de caso. **Cadernos de Graduação – Ciências humanas e sociais**, Recife v. 1, n.3, p. 73-90, jul. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/facipehumanas/article/view/1707>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

PERROUX, François. O Conceito de Polo de Crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jacques. **Economia Regional – Textos Escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

POMPEU, Randal Martins. **A Responsabilidade Social da Universidade na Formação de Capital Humano e como Ferramenta de Desenvolvimento Local Sustentável: os casos da UTAD e da UNIFOR**. Vila Real: UTAD, 2011, 348 f. Tese (Doutorado em Gestão) – Departamento de Sociologia, Economia e Gestão; Escola das Ciências Sociais e Humanas; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.utad.pt/handle/10348/2367>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

PUELLO-SOCARRÁS, José Francisco. **Nueva Gramática del Neo-liberalismo. Itinerarios teóricos, trayectorias intelectuales, claves ideológicas**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales, 2008a.

_____. ¿Un Nuevo Neo-liberalismo? Emprendimiento y Nueva Administración de lo público. **Revista Administración & Desarrollo**. Bogotá: Escuela Superior de Administración Pública, n. 49, 2008b.

_____. Ocho tesis sobre el neoliberalismo (1973-2013). In RAMÍREZ, Hernán. **O neoliberalismo Sul-americano em clave transnacional**: enraizamento, apogeu e crise. São Leopoldo: Oikos - Unisinos, p. 13-57, 2013a.

_____. Breve historia del anti-neoliberalismo. Economía política sudamericana y paradigmas de desarrollo en el siglo XXI. In AA.VV., **Anuario de Estudios Políticos Latinoamericanos**, n. 1, Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Maestría en Estudios Políticos Latinoamericanos, p. 167-186, 2013b.

_____. A brief history of antineoliberalism. South American Political Economy and Development Paradigms in the XXIth Century. **Ciência & Trópico Journal**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, vol. 35, n. 1 p. 71-94, 2011

_____. El Capitalismo del Buen Salvaje. Nuevo neoliberalismo e inclusión social. **Periferias – Revista de Ciencias Sociales**. Buenos Aires: Fundación de Investigaciones Sociales y Políticas, año 23, n. 22 p. 99-115, 2014.

_____. Desarrollo: Paleontología (política) de una idea (neoliberal). **Anuario en estudios políticos latinoamericanos 2**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2015.

PUELLO-SOCARRÁS, José Francisco; GUNTURIZ, Maria Angelica. ¿Social-neoliberalismo? Organismos multilaterales, crisis global y programas de transferencia monetaria condicionada. **Política y Cultura**. México: Universidad Autónoma Metropolitana – Xochimilco, n. 40, p. 29-54, 2013.

RIGHI, Moacir Luiz. **Universidade, desenvolvimento regional e empreendedorismo**: uma relação de imanência. Santa Maria: UFSM, 2012, 74 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5181>. Acesso em: 30 abr. 2015.

ROLIM, Cássio; SERRA, Maurício. Instituições de Ensino Superior e Desenvolvimento Regional: O Caso da Região Norte do Paraná. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 35, n. 3, p. 87-102, set/dez, 2009. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/economia/article/viewFile/16710/11109>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

_____. Universidade e Região: ser da região X estar na região. In: CONGRESSO IBÉRICO DE ESTUDOS AFRICANOS, 7, 2010, Lisboa. **50 anos das independências africanas: desafios para a modernidade**. Lisboa: CIEA7, set. 2010. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2383/1/CIEA7_27_ROLIM%26SERRA_Universidade%20e%20desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2015.

SANTOS, Ronan Soares dos. **Instituições de ensino superior e o desenvolvimento local em Vitória da Conquista – BA.** Ilhéus: UESC, 2007, 111 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilheus, 2007. Disponível em: <http://www.uesc.br/cursos/pos_graduacao/mestrado/mdrma/teses/dissertacao_ronan_soares.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2015.

SANTOS, José Ricardo Rosa dos. **Universidade pública e desenvolvimento local:** a presença da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) no bairro do Salobrinho em Ilhéus – Bahia no período de 1991 a 2008. Salvador: UESC, 2008, 197 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional; Universidade do Estado da Bahia; Salvador, 2008. Disponível em: <http://www.cdi.uneb.br/pdfs/politicaspUBLICAS/2008/jose_ricardo_rosa_dos_santos.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2015.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHAFASCHEK, Margarida B.; MENEGHEL, Stela M. A promoção do desenvolvimento regional por meio da universidade: um estudo sobre o PROESDE-SC. **Revista ÁGORA,** Vitória, v. 16, n. 2(a), Número Especial: I Seminário Integrado de Pesquisa e Extensão Universitária, p. 189-206, 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.unc.br/index.php/agora/article/view/109/187>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

SCHUMPETER, J. **Teoria do Desenvolvimento Econômico:** uma investigação sobre lucros, capital, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural – (Col. Os Economistas), 1997.

_____. **Capitalismo, Socialismo e Democracia.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SWEDBERG, Richard. Rebuilding Schumpeter's theory of entrepreneurship. Conference on Marshall, Schumpeter and Social Science, Hitotsubashi University, JAS Japan, March 17-18, 2007.

SILVA, Yara Fonseca de Oliveira. **Universidade e desenvolvimento local:** o caso da Universidade Estadual de Goiás. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014, 208 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/pped/dissertacoes_e_teses/YARA_FONSECA_DE_OLIVEIRA_E_SILVA.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2015.

SOARES, Angela Maria. Desafios da universidade empreendedora e o desenvolvimento regional na RMVALE: da tradição à renovação - estudo de caso em uma instituição federal de ensino superior. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO, 3, 2014, Taubaté. **Ciência e tecnologia para o desenvolvimento social.** Taubaté: UNITAU, out 2014. Disponível em: <http://www.unitau.br/files/arquivos/category_154/MPH0712_1427391005.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2015.

TRIPLE HELIX BRASIL. **Sobre a TH**. Niterói, 2015. Disponível em: < <http://www.triple-helix.uff.br/sobre.html>>. Acesso em: 20 jul 2015.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antônio. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: FEE/RS, 2001.

_____. Desarrollo endógeno. Teorías y políticas de desarrollo territorial. **Investigaciones Regionales**, Madrid, n 11, p. 183-210, 2007. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28901109>>. Acesso em 25 abr. 2015.

VECCHIO, Rafael Augusto. **Universidades e Desenvolvimento**: Um estudo sobre a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2010, 274 f. Tese (Doutorado em Administração) Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/22740>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

WANZINACK, Clovis; SIGNORELLI, Marcos Claudio. Expansão do ensino superior federal e desenvolvimento regional: o caso da Universidade Federal do Paraná no litoral paranaense. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 286-307, maio 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2014v7n2p286>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

WILLIANSO, John. **A Short History of the Washington Consensus**. Barcelona: Fundación Cidob, 2004. Disponível em: < <http://www.iie.com/publications/papers/williamson0904-2.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2015.